



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO PEDRO FLOR FERNANDES

**O ATIVISMO NEGRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX:**

Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiapartheid

FLORIANÓPOLIS, 2019

JOÃO PEDRO FLOR FERNANDES

O ATIVISMO NEGRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a Militância Antiapartheid

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karine de Souza Silva

FLORIANÓPOLIS, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota 10 ao aluno João Pedro Flor Fernandes, após a apresentação do trabalho intitulado “O ativismo negro nas Relações Internacionais: Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiapartheid” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Karine de Souza Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

M^a Azânia Mahin Romão Nogueira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

M.e Renato Xavier dos Santos
Universidade de São Paulo (USP)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luiz Paulo e Lenise, por me mostrarem na prática o poder de transformação que a educação tem, pelo apoio emocional e a torcida inabalável pelo meu sucesso e felicidade, assim como meus irmãos e familiares.

A minhas amigas Bárbara Duwe, Bruna Barro, Helena Cherem, Júlia Koch, Luíza Zanonato, Natália Pimpão e Rafaela Barbieri que me acompanham desde o primeiro dia nesta Universidade, essenciais para minha formação estudantil, política e humana.

Aos companheiros Ana Beck, Davi Antunes, Gustavo Nery, Henrique Ribeiro, Victor Klauck, Vitor Pereira Vaz, Victoria Pereira, Rafael Milke, Ramon Pires, Tobias Carvalho e Thereza Guimarães, parceiros de todas as horas e projetos.

A Ana Beatriz Slomski, Henrique Martins e Pedro Cruz, as quais eu devo momentos inesquecíveis em minha trajetória.

Aos “Frankfurters” Ana Junckes, Bruna Vasconcelos, Camila Kokron, Danilo França, Guilherme Pivetti, Gustavo Guedes, Nicolas Schadrack, Paloma Pinheiro e Sarah Ornellas que mesmo longe, estão sempre presentes.

A Arthur Serafim, pelo companheirismo e apoio.

A Universidade Federal de Santa Catarina, berço de pesquisa, ensino e extensão, que exerce papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico e do desenvolvimento nacional, soberano e insubmisso.

Ao Centro Acadêmico de Relações Internacionais, instituição que me acolheu e que me deu a possibilidade de enxergar o mundo com outros olhos, assim como desenvolver habilidades que serão fundamentais para meu futuro como internacionalista.

À Professora Karine de Souza Silva, pela atenção, carinho e preciosa orientação.

RESUMO

A presente monografia analisa o ativismo dos povos negros no movimento antirracista mundial na segunda metade do século XX. O método de pesquisa é qualitativo e se desenvolveu a partir de revisões bibliográficas, documentais e historiográficas. O objetivo geral é evidenciar as trocas entre proeminentes movimentos antirracistas e incluí-las nos estudos das Relações Internacionais. Para se atingir ao objetivo geral, a presente pesquisa foi dividida em três capítulos, os quais dizem respeito aos objetivos específicos elencados. O primeiro objetivo específico é apresentar a teoria pós-colonial das Relações Internacionais e os conceitos de justiça cognitiva e resistência. O segundo é apresentar a trajetória e a ideologia do Partido dos Panteras Negras, do Movimento Negro Brasileiro e da resistência antiapartheid. O terceiro visa a discussão do caráter transnacional desses movimentos para elucidar a ressonância de suas militâncias nas Relações Internacionais. Os objetos escolhidos são analisados sob a perspectiva do transnacionalismo negro, que defende uma leitura histórica do movimento antirracista como uma onda internacional e associada. Concluiu-se que há um reforço triangular na luta entre os movimentos da África do Sul, do Brasil e dos Estados Unidos na luta antirracista, teórica e prática.

Palavras-chave: Apartheid; Movimento Antirracista; Movimento Negro Brasileiro; Panteras Negras; Pós-colonial.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the activism of black people in the global anti-racist movement in the second half of the twentieth century. The research method is qualitative and has developed from bibliographical, documentary and historiographic revisions. The overall objective is to evidence the trade-offs between prominent anti-racist movements and to include them in International Relations studies. In order to achieve the general objective, the present research was divided into three chapters, which one relates to the specific objectives listed. The first specific objective is to present the Postcolonial Theory of International Relations and the concepts of cognitive justice and resistance. The second is to present the trajectory and ideology of the Black Panther Party, the Black Brazilian Movement and the anti-apartheid resistance. The third chapter aims to discuss the transnational characteristics of these movements to elucidate the resonance of their militancy in International Relations. The objects chosen are analyzed from the perspective of black transnationalism, which advocates a historical reading of the anti-racist movement as an international and associated wave. It was concluded that there is a triangular reinforcement in the struggle between the movements of South Africa, Brazil and the United States in the anti-racist, theoretical and practical fight.

Keywords: Apartheid; Anti-racist; Black Brazilian Movement; Black Panther Party; Postcolonial.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TEORIA PÓS-COLONIAL E RESISTÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	9
3	O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS, O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A RESISTÊNCIA ANTI-APARTHEID	18
3.1	O partido dos Panteras Negras	19
3.2	O Movimento Negro Brasileiro	28
3.3	A resistência antiapartheid.....	38
4	AS RELAÇÕES ENTRE OS PANTERAS NEGRAS, O MOVIMENTO NEGRO E A MILITÂNCIA ANTIAPARTHEID	45
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da tentativa de ampliar a compreensão da ação dos povos negros na luta antirracista mundial na segunda metade do século XX. Para a realização deste trabalho foram utilizadas obras de origem estrangeira e nacional. Esta pesquisa se insere no âmbito dos estudos do EIRENÈ - Núcleo de pesquisas e práticas pós-coloniais e decoloniais aplicadas às relações internacionais e ao direito internacional do curso de graduação em Relações Internacionais.

Os avanços no campo dos direitos e da dignificação dos negros e negras têm sido historicamente atribuídos de maneira simplista à benevolência de personalidades políticas e a Estados compassivos, escanteando as lutas dos povos subjugados em prol de suas próprias causas.

Esta análise optou por escolher três grupos que normalmente não são percebidos como centrais em suas próprias histórias de lutas contra o racismo: o Partido dos Panteras Negras (nos Estados Unidos da América), o Movimento Negro Unificado (no Brasil) e os grupos antiapartheid na África do Sul. Alguns desses grupos surgiram pela necessidade de resistir ou de avançar em pautas que tangiam a questão da dignidade humana, como segregação legal, sequestro de identidade, falta de acesso à educação, falta de representatividade política, violência policial, supressão cultural, miséria, fome, problemas de moradia e acesso à saúde.

Essas mobilizações partiram de contextos domésticos específicos, principalmente a partir de 1950 e se mantiveram até o final do século. Incluída nas discussões deste trabalho estão algumas possibilidades da interconexão desses momentos políticos pela emancipação dos povos negros. A pesquisa almeja entender quais referenciais podem ter sido compartilhados na preparação teórica dos movimentos, assim como inspirações cruzadas, possíveis canais de comunicação entre os países e o fio histórico que os interliga.

Há evidências de relações entre os movimentos negros nos Estados Unidos e na África do Sul desde a primeira metade do século XX, que apontavam a importância das constantes trocas exercidas entre as comunidades negras no que pautava as lutas internas contra o racismo. Para se chegar no objetivo geral é necessário entender cada parte constituinte desse bloco. No primeiro capítulo, busca-se apresentar a teoria pós-colonial das Relações Internacionais e os conceitos de justiça cognitiva e resistência

No capítulo que o segue, apresenta-se a trajetória e a ideologia do Partido dos Panteras Negras, do Movimento Negro Brasileiro e da resistência antiapartheid. Na discussão dos temas, o trabalho optou por destacar figuras e ideias que lideraram os movimentos. Por fim, o último capítulo apresenta de fato as articulações e associações entre os movimentos nos

âmbitos de mídia, de comunicação, colocando a jornada histórica que esta pesquisa foi capaz de entender em foco, construindo uma análise satisfatória e evidenciando o caráter transnacional destes.

É necessário incluir a problemática do racismo antes mesmo do início da leitura desta monografia. Este trabalho compartilha do entendimento de racismo como o preconceito racial em relação aos membros de uma população, a partir de uma construção cultural e política, reforçada pelo meio. Este é o cordão que conecta toda a ação desumanizante de sociedades racistas, o entendimento de que os pretos são menos valiosos, menos importantes e menos capazes, e enquanto não houver fatos, dados e pesquisas definitivas que comprovem o contrário, em especial no resgate e da contribuição destes povos para o desenvolvimento da humanidade, essas ideias ainda vivas em vários meios e nos próprios estudos das ciências sociais, esta noção hierárquica não será superada.

A importância de discutir a agência dos povos negros nas Relações Internacionais é a de preencher a lacuna da área sobre estudos do ativismo dessa população a nível mundial e ajudar o campo a entender de maneira consistente a importância da luta antirracista conjunta e, se tratando como tal, como poderia ser instrumentalizada para o contínuo e necessário desenvolvimento de políticas transnacionais para a efetiva emancipação dos negros e negras de todo mundo de condições desiguais em que vivem. Para conseguir estabelecer os encontros e desencontros desse movimento e sua ressonância na vida real, utilizou-se o prisma dos estudos pós-coloniais das RIs, com autores que procuram incluir vozes subjugadas para construir uma narrativa histórica mais fidedigna e completa, a qual a estrutura epistemológica da produção do conhecimento não incluiu.

Esta pesquisa de conclusão de curso seguirá linhas exploratórias visitando bibliografias, documentários, pesquisas, tratados, conferências e relatos de figuras centrais disponíveis em revistas acadêmicas, livros e periódicos, assim como pesquisas consolidadas da área de Relações Internacionais da África. A apresentação dos resultados será qualitativa, com uma conclusão com apontamentos e levantamento de novas questões para futuras pesquisas.

2 TEORIA PÓS-COLONIAL E RESISTÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não existem teorias deslocadas do tempo e espaço onde foram desenvolvidas, isso quer dizer que a maioria das lentes que utilizamos para enxergar a vida cotidiana, tomar decisões e analisar o sistema internacional foram criadas por um grupo específico e reduzido de pessoas, que traz consigo um conjunto de valores e uma tradição epistemológica comum e consolidada. Este fato faz com que não necessariamente capte-se todas as nuances de realidades dinâmicas e complexas em uma noção diluída que “só o Ocidente sabe pensar” e “que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo”, ideia promovida para que se torne mais fácil o controle das mentes e do capital (CESAIRE, 1978, p.58).

A visão binária e dicotômica estabelecida desde a chegada dos europeus ao “novo mundo” reservou um lugar de superioridade aos que vêm do Norte, caracterizando uma divisão geo-cultural da produção de conhecimento, espacial e temporal. Isso significa que conceitos-chave como “soberania” e “sistema westphaliano” têm raízes nas experiências europeias, e o uso desses preceitos contribuem com a ausência de grandes escolas de pensamento africanas e latino-americanas na leitura das Relações Internacionais (BLAAUW, 2013). Procurava-se o desenvolvimento desses conceitos para que fosse possível uma aplicação universalista e, dessa maneira, forçava-se nações que não se encaixam necessariamente nos padrões pré-estabelecidos a serem enquadradas em modelos de análise insuficientes, deixando de fora muitas variantes que os Estados possam apresentar (CAPAN, 2016).

Certamente o pensamento preponderante no campo das Relações Internacionais é o ocidental, marcado por tradições “clássicas” de estudo, porém, diversos autores e autoras contribuíram para o fortalecimento e a conceitualização da corrente teórica pós-colonial, como Joseph Achille Mbembe (Camarões), Amitav Acharya (Índia), Paul Bischoff (Papua-Nova Guiné), Maria Paula Meneses (Portugal), entre outros. Um dos objetivos desses estudos é chamar a atenção para a necessidade de grupos fora do meio hegemônico lerem o mundo em termos próprios, entendendo problemas de uma maneira singular e interpretando a realidade de maneira mais genuína, assim como contestar universalismos e generalizações. O fato é que “é impossível resultar em um só valor humano” (CESAIRE, 1978), mas a construção dessa abordagem que contempla mais visões, defendem os autores, deve ouvir os regionalismos, as nuances e as experiências de todos os povos, auxiliando-os a desenvolver uma teoria mais completa e que de fato englobe características singulares dos povos

subalternizados. Não ambicionam, entretanto, a criação de uma nova via de ordenamento global ou de uma nova teoria geral. O pós-colonialismo aspira participar na criação das verdades, baseado em diferentes formas de significação e conhecimento como justiça, paz e pluralismo político, através da história, literatura e filosofia, questionando a superioridade europeia.

Segundo Capan (2017), não há outra maneira de desenvolver um mundo diferente e mais integrado a não ser pelo fomento e defesa de uma intelectualidade independente que leve em consideração diferenças do objeto de estudo. O silenciamento de parcelas da história mundial é parte constitutiva da narrativa da modernidade, e não haverá mudança nessa tendência enquanto o referencial continuar sendo o “Velho Mundo”, o lócus epistêmico de quem ensina e cria.

Aimé Césaire, no seu célebre texto “Discurso sobre colonialismo” (1978) nos apresenta que:

A verdade é que a civilização dita europeia, a civilização ocidental, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa acusada no tribunal de “razão” como no tribunal da consciência, se vê impotente para se justificar, e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar.

Uma das consequências mais nefastas de toda essa estrutura epistemológica, ética e mental, é a discriminação racial. Nessa lógica, Leila Leite Hernandez (2000) contribui ao tema quando afirma que o racismo integra um corpo ideológico que transcende o imperialismo colonial. Importantes contribuições do assunto vêm do sociólogo peruano Aníbal Quijano na obra “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005), quando afirma:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, históricas, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

O passo-a-passo para se chegar nesse nível de alienação dos saberes inicia-se com a supressão de práticas que não encaixam com a lógica produtiva capitalista e, em seguida, reprimindo “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da

subjetividade”. Dessa forma, estabelece-se um modo de vida a partir da organização da produção, criando uma dicotomia “primitivo/civilizado, mágico/científico, irracional/racional”, ou seja, Europa e não-Europa, branco e negro (QUIJANO, 2005, p.121). Contribui Meneses (2018) ao tema, afirmando que a criação dessa dicotomia “foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos vivendo supostamente nas trevas da ignorância”. Esta imposição valorativa dificulta novos caminhos de análise:

É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial. O conceito de modernidade dá conta, do mesmo modo, das alterações na dimensão material das relações sociais. (QUIJANO, 2005, p.123)

É seguro afirmar que colocar novas narrativas nesse fio histórico altera a própria percepção de realidade criada até então, pois sem elas, é impossibilitada a identificação das diferenças culturais e ideológicas de distintos fluxos sociais, como os movimentos antirracistas dos Estados Unidos, do Brasil e da África do Sul, por acontecerem fora desse campo de análise estadocêntrico e europeu. Cria-se, portanto, a impossibilidade de compreensão mútua, uma vez que há presunção de superioridade cultural e epistêmica entre elas. Além disso, segundo Hanchard (2002),

As idéias, táticas e estratégias da maior parte dos movimentos pelos direitos civis e nacionalistas negros não emanam do Estado nem do capital, mas da interação da luta popular com as filosofias da práxis que tiveram dimensões locais, nacionais e transnacionais.

Dessa forma, “como projeto político, o colonialismo moderno perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação” (MENESES, 2018, p.66). Sendo assim, o “conhecimento científico que a população negra necessita é aquele que possa formular teoricamente - de forma sistemática e consistente - suas experiências de quase quinhentos anos de opressão”, emancipando o negro ao incluir um sistema próprio de valores e apresentando caminhos nos quais eles sejam os protagonistas de seus passados e futuros, “proclamando a falência do colonialismo mental eurocêntrico” (AMORIM; FLORES, 2010). Para descolonizar o conhecimento é necessário, então, se questionar quais identidades têm sido silenciadas e “desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas”, para que possamos incluir esses discursos nas ciências sociais e em especial nas Relações Internacionais. É importante elucidar que o “discurso” ao qual os acadêmicos se referem vai

além das construções frasais e é, na verdade, o significado das palavras e do sistema do “imaginário social que diz respeito ao poder e ao controle” (SIFUENTES, 2018).

Meneses (2018) também apresenta que

A (re)conquista do poder de narrar a própria história — e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade, de recuperar e assumir uma diversidade de saberes — constitui-se como um dos alicerces do processo de descolonização. Este processo integra um diálogo crítico sobre as raízes das representações contemporâneas, questionando as geografias associadas a conceitos como Estado.

Ainda hoje, muito do que se sabe sobre o desenvolvimento do mundo e as lutas travadas nele são “reflexo[s] de representações forjadas no centro de um saber de matriz eurocêntrica, que reforçam a permanência das perspectivas do Norte sobre o Sul” (MENESES, 2018, p.63). Ou seja, ouvir vozes subalternizadas é auxiliar no processo de emancipação intelectual, assim como trazer vivências políticas escanteadas para ampliar o escopo de análise e a cartela de saberes da humanidade. Na prática, o Estado nunca foi o ator exclusivo das Relações Internacionais (LEAO, 2014) e, além do mais, “A descolonização inclui a análise de lutas, de compromissos, de acordos e de resultados, o repensar dos aspectos fundamentais, de quem tem o poder e como o utiliza”, justamente o que os movimentos antirracistas procuram. Para incluí-los no fio historiográfico das RIs, é necessário a reinterpretção da visão de quem são os verdadeiros atores constituintes do sistema, tarefa árdua, uma vez que a própria gênese do campo coloca o foco dos estudos no exercício do poder que parte das unidades do Estado. No entanto, não há como negar que método hegemônico de encarar o mundo prejudica o entendimento de realidades mutantes, em especial nas sociedades pós-coloniais (BLAAUW, 2013). Nesse mesmo terreno, inclui-se as organizações mundiais políticas, econômicas e acadêmicas que não estão moldadas para receber esses referenciais.

Fazer isso, incluir de fato outros saberes, é um desafio por colidir com a lógica totalizante da modernidade colonial. O trabalho “Justiça Cognitiva, Identidades e Diásporas” (2005) de Teresa Cunha, apresenta que

A ciência moderna como recurso da globalização hegemônica assenta no universalismo e na necessidade de trabalhar com aquilo que considera serem os fatos empiricamente comprováveis, verificáveis e, muitas vezes, quantificáveis. O papel desta obsessão universalista é torná-la numa vocação essencialista. É uma maneira de construir uma oposição às diferenças, ao diverso, ao heterogêneo, que são qualidades subversivas ao projecto de ver o mundo de uma só forma, explicado por um só conjunto de teorias universais e de um modo só de produção de conhecimento único e capaz de tudo explicar, ou seja, a monocultura do paradigma moderno de ciência.

Cunha discorda do *modus operandi* que encara qualquer conhecimento fora da centralidade europeia irrelevante, insuficiente e inútil. Para autora, isso é uma injustiça com a própria humanidade, pois criar dicotomias e sistemas de separação é algo contraproducente para a intelectualidade, pois exotiza conhecimentos e os afasta da ciência social. De maneira prática, “ouvir estas pessoas torna possível uma maior objectividade porque aumenta o leque de perspectivas presentes na construção do conhecimento e na tomada das decisões políticas subsequentes” (CUNHA, 2005). Ou seja, ao inferiorizar determinados grupos sociais, deixa-se de lado novas informações e todos os grupos perdem com isso.

Na prática, como nos apresenta a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014):

The single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is not that they are untrue, but that they are incomplete. They make one story become the only story. I've always felt that it is impossible to engage properly with a place or a person without engaging with all of the stories of that place and that person. The consequence of the single story is this: It robs people of dignity. It makes our recognition of our equal humanity difficult. It emphasizes how we are different rather than how we are similar.¹

Apresentar histórias de resistência, por exemplo, auxilia na transformação de uma relação de produção acadêmica parasitária e insuficiente em uma relação simbiótica, na qual o pensamento e as visões inéditas nas narrativas até então monolíticas, possam influenciar na promoção de políticas e na ampliação da visão do mundo sobre ele mesmo, de forma mais legítima e contemplativa. Precisamente, a justiça cognitiva que nasce desse comportamento, é basilar para uma “reconstrução identitária” presente em movimentos de resistência em todos os cantos do globo, intentando reconhecer a complexidade que essas identidades apresentam e de que forma elas se encaixam com a verdade (CUNHA, 2005). No caso da diáspora negra, especialmente, é válido discutir o seguinte trecho:

Efectivamente, os processos traumáticos e violentos que forçam as pessoas ao deslocamento não lhes retiram capacidade de resiliência e criar, por isso, culturas de resistência. Este carácter dinâmico na construção da identidade diaspórica pressupõe e sobrepõe vários movimentos que coexistem, que conjugam processos locais e internacionais, que atravessam fronteiras, o tempo, a geografia, a classe e o gênero. (CUNHA, 2005)

Dessa forma, “o projeto colonizador se alicerçou na mais terrível violência e assentou um processo que se desenvolveu exterminando nações indígenas, segregando os povos

¹ “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que eles não são verdadeiros, mas sim incompletos. Eles fazem uma história ser a única história. Eu sempre senti uma impossibilidade de se aproximar de verdade com uma pessoa ou com um lugar sem incluir histórias daquele lugar e daquelas pessoas. A consequência da história única é essa: ela rouba a dignidade das pessoas. Ela torna o reconhecimento da nossa humanidade difícil. Ela enfatiza como nos somos diferentes ao invés das nossas semelhanças.” (tradução minha).

africanos e oprimindo ambos” (NETO, 2017). É interessante que ao falar diretamente sobre justiça cognitiva, os temas de deslocamento e transnacionalismo do tema marcam presença nos estudos, pois frequentemente são esses grupos sociais que agem e falam que não são ouvidos, exatamente a situação que a crítica epistemológica do Sul se refere.

Especialmente sobre o protagonismo dos negros nesse cenário, Elio Chaves Flores e Alessandro Amorim, na obra “Protagonismo negro numa perspectiva afrocentrada” (2010) apresentam que:

O negro trouxe até a última gota os venenos da submissão imposta pelo escravismo, perpetuada pela estrutura do racismo psicossocial-cultural que mantém atuando até os dias de hoje. Os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas calcadas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviam unicamente para procrastinar (adiar) o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes.

A verdade é que esse projeto segregacionista que existiu oficialmente, não terminou com o fim da escravidão e, mesmo após a fundação das Repúblicas, ele continua funcionando com suas ferramentas institucionais e sociais “para deslegitimar o passado de lutas dos povos negros, negando-lhes sistematicamente os direitos no presente” (NETO, 2017). Neste lugar de repressão, a resposta natural é a da resistência, e mesmo com quadros de constrangimento institucional bem desenvolvidos (ditaduras, segregação, etc), é impossível se construir espaços em que suprimi-se a capacidade da articulação dos subjugados, pois, segundo Maia (1995) é impossível toda a população ser aprisionada pelo poder. Utilizando a definição direta do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, resistência pode ser encarada como a não-aceitação da opressão, relacionando-se diretamente com a ideia de solidez. Entende-se também como “oposição, prevista ou não por lei, feita por alguém à execução de uma norma legal, considerada injusta e que seja interpretada como violação dos seus direitos”. A questão da luta contra o racismo se alinha especialmente a essa definição, e é desafiador incluir essa parte da história nos autos dos estudos, uma vez que:

As violações aos povos oprimidos como os negros não se restringiram nem se restringem aos castigos físicos e morais marcados pela escravidão do passado e pelo genocídio patrocinado pelo Estado policial na atualidade. O terrorismo psicológico e simbólico contra a população negra atravessaram os séculos e continuam presentes como sequelas do processo histórico da escravidão e que no Brasil só teve seu fim formal em 1888. As violações em curso contra o povo negro são muitas, embora muitas sejam difíceis de caracterizar. O certo é que além da escravidão e do genocídio do povo negro, a história de resistência e luta negra tem sido apagada. (NETO, 2017)

Esta resiliência se faz presente na sociedade civil, movida pela ação dos seres humanos que se movimentam, criticam, e são agentes de mudança, ou sejam, são naturalmente seres políticos. Segundo Leão (2014), é

justamente a ação e a vontade humana os fatores que conferem à sociedade civil, aos Estados e à comunidade internacional uma hierarquia de igualdade que lhes configura em um todo harmônico e coeso em prol da afirmação da dignidade humana no direito internacional e nas relações internacionais.

Ou seja, é um erro do próprio sistema não ouvir ecos de movimentos existentes fora do conceito de Estado. Por causa da práxis de pesquisa colonizada, é comum na historiografia convencional o descaso com a importância da participação de segmentos sociais que não dispõe de ferramentas de inclusão teórica clássica, como negros, indígenas e mulheres. Daine e Gomes (2018) afirmam que a vitória da resistência é a emancipação da população oprimida, e que “os movimentos, processos de luta, fuga, afirmação identitária, expressão cultural, desde a vinda nos navio negreiros até os dias atuais, são considerados como estratégias plurais de resistir e lutar contra a ordem societária de opressão e exploração vigente.”. A tenacidade dos grupos reprimidos é necessária para o tensionamento contra as injustiças sociais. A partir disso, Neto (2018) aponta que

A integração real do negro na sociedade só será possível através de um longo processo de lutas coletivas que visem a superação do atual estado de coisas, a emancipação do povo negro e a efetivação de um horizonte estratégico que tenha a clareza da necessidade de modificar as regras do jogo social, assim como a constituição de um ideário de justiça que expresse uma relação real e não abstrata sobre os direitos dos povos oprimidos. Para tal, o caminho é longo. Constituir uma nova historiografia sobre o povo negro que refute a ideia da democracia racial é um passo que pode e deve ser dado.

Enquanto isso não acontece, “todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental”, e é nesse ponto que os internacionalistas se atentam. A hierarquia mental se concretiza nas condições materiais dos países, ou seja, o padrão de comportamento está configurado como um sistema de política internacional que, como toda política, é uma luta pelo poder (QUIJANO, 2005), que transpassa fronteiras e unidades (TOSTES, 2006).

Nessa disputa no campo das relações internacionais propriamente dita, pelos motivos já discutidos de narrativas totalizantes, ignora-se também o protagonismo que os negros e negras, em especial os africanos, tiveram na constituição do sistema internacional como conhecemos, frequentemente sendo enquadrados como vítimas. Muryatan Santana Barbosa propõe discutir o tópico no seu artigo “Pan-africanismo e relações internacionais: uma

herança (quase) esquecida” (2016), no qual o texto dialoga com o universo simbólico contemporâneo desenvolvido na ótica epistêmica colonialista ao debater a relação entre o colonialismo, o racismo e as hierarquias dos Estados. Ele aponta que já na primeira metade do século XX, havia uma linha de transmissão intelectual que ia do Caribe a Paris, passando por Nova York, Londres e Lisboa, na qual negros e negras discutiam caminhos para todo continente africano, promovendo debates que buscavam entender onde o escravismo e a raça se encaixavam na formação do capitalismo e do mundo moderno, e quais as possibilidades de emancipação (ou reforma) dessas realidades no sistema internacional. Em suma, o que os pan-africanistas diziam é que a soberania, no continente, dependia da independência nacional assim como da formação de uma nova África, federalizada, endogenamente desenvolvida e solidária, a partir da modernização de suas próprias tradições e culturas, ou seja, de sua personalidade. Barbosa demonstra que os negros nas relações internacionais não foram - e não são - fantoches em suas próprias histórias.

A existência de grupos armados revolucionários para a descolonização de várias nações, a criação de ligas internacionais, desenvolvimento de uniões aduaneiras e outras organizações que se propõem a articular as demandas locais, alteram o desenho das RIs. É verdade que esses processos ainda estão em evolução após a descolonização, devido à natureza inacabada da emancipação dos antigos poderes centrais (FRANKE;ESMENJAUD, 2008), mas está evidente nas escolhas políticas dos países africanos nas últimas décadas, que de fato não há uma silenciosa obediência da estrutura do sistema, pois eles moldam sua própria forma de comportamento, ou seja, sua agência (BLAAUW, 2013). Essa autonomia diverge do discurso de vitimização da África e dos africanos, que se mostram parte de uma realidade ativa da criação, evidenciado na ascensão de lideranças em fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU) e da consolidação das instituições internacionais intracontinentais, dispostos a encontrar soluções africanas para problemas africanos (WYK, 2016).

É fato que no nível nacional, grupos domésticos, quando possível, se articulam para fazer pressão nos governos para que promovam políticas públicas favoráveis às suas demandas, e os participantes desses grupos tendem, também, a costurar coalizões para aumentar a chance de atingir seus objetivos. Nas palavras de Ana Paula Torres (2006, p.67), os grupos internacionais que se formam a partir dessa iniciativa, utilizam “informação, valores, identidades e crenças comuns para motivar ações políticas e para ganhar apoio de instituições poderosas em defesa de seus princípios”. Dessa forma, pragmaticamente o ativismo internacional ganha “condições de efetividade e importância” na discussão das prioridades internacionais, corroborado pelo fato de que a

sociedade civil vem - sobretudo à luz dos fenômenos políticos, econômicos, sociais, científico-tecnológicos e culturais que marcam e caracterizam as relações internacionais da atualidade - contribuindo fortemente para as mudanças nas estruturas dos conceitos que consubstanciam a própria noção de Estado. (NETO, 2006)

As ações imperialistas, a retórica dos conceitos, a inércia acadêmica, a dinâmica do sistema mundo, a predileção ocidental por hierarquias, a posição fraca dos países pobres para promover uma mudança na ordem mundial, a articulação de diferentes grupos, apresentam uma ligação fortíssima da hierarquia da própria produção do conhecimento.

A recuperação da historiografia é uma conquista da resiliência coletiva, bandeira proeminente de diferentes movimentos antirracistas mundiais na segunda metade do século XX, os quais atingiram um nível de sofisticação nunca antes visto e mesmo assim pouco explorado. Desta forma, o transnacionalismo negro de Hanchard (2002), apresenta a importância de se pensar os movimentos antirracistas como reflexos da política internacional costurada conjuntamente, e não como unidades fechadas nos respectivos Estados-nação, de forma a se enxergar a “faceta integral de uma comunidade multinacional, multilingüe, ideológica e culturalmente plural”, incluindo na discussão do campo o intercâmbio entre movimentos negros, especialmente os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e o movimento Antiapartheid.

3 O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS, O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A RESISTÊNCIA ANTIAPARTHEID

Este capítulo apresentará os três movimentos escolhidos para análise neste trabalho de conclusão de curso: os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a resistência antiapartheid na segunda metade do século XX. Na primeira parte, que aborda os estadunidenses, o trabalho procura elucidar de maneira satisfatória alguns aspectos sobre a complexa trajetória do Partido. Inicia-se com um pouco da biografia de seus líderes, passando pelo contexto histórico e político que os Estados Unidos da América estavam vivendo, adentra na questão da gênese do partido e dá pinceladas específicas sobre os mandamentos do Partido e o que motivou os membros a escrevê-los. O trabalho também elucidava brevemente o papel frequentemente ofuscado das mulheres no partido, pois está posto por diversos autores como Bloom e Martin (2015), e o próprio Huey Newton, fundador do partido, que a compreensão completa sobre o que o Partido foi necessita passar pela análise do papel das mulheres. Está embutido, também, a dimensão cultural das ações do grupo assim como os motivos que levaram a dissolução dos Panteras.

A seguir, quando se trata do Movimento Negro Contemporâneo do Brasil, o trabalho apresenta o grupo como um espaço político o qual produziu e incentivou uma ampla discussão sobre o racismo no Brasil, marcada pelo tom de contestação política evidenciada nas denúncias sobre o racismo, a discriminação e o preconceito racial, na denúncia sobre o mito da democracia racial e pela construção de uma identidade afirmativa e positiva do negro (RODRIGUES, 2005). Por ser um tema “sub explorado na historiografia brasileira” (DOMINGUES, 2007), a pesquisa utiliza materiais que auxiliam na costura dessa narrativa negligenciada, como relatos, documentários e pesquisas acadêmicas nacionais.

O capítulo segue com foco na África do Sul. Durante cerca de 40 anos, o país foi palco de um dos mais emblemáticos regimes de segregação racial da história, implementado pelo governo do Primeiro Ministro Daniel François Malan, eleito em maio de 1948 em nome do Partido Nacional. O Apartheid - palavra africâner que significa separação - foi um projeto de desenvolvimento pautado na crença de que, devido às diferenças étnicas, seria melhor para a nação que brancos e negros vivessem separadamente. A institucionalização deste regime estabeleceu um cenário no qual os direitos civis, políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra fossem soterrados por um governo que servia exclusivamente aos interesses da minoria branca africâner e ao capital internacional.

Não é objetivo, nessa primeira parte, explicitar o intercâmbio social, cultural e político com outros movimentos globais contemporâneos a eles, pois este será o foco do terceiro

capítulo desta monografia. Sendo assim, o presente capítulo contribui para o objetivo geral da monografia na apresentação dos movimentos, jogando luz sobre esses protagonistas do transnacionalismo negro a partir de 1950.

3.1. O partido dos Panteras Negras

Em 1966, na cidade de Oakland, nos Estados Unidos, Robert George Seale (mais conhecido como Bobby Seale) e Huey Percy Newton fundaram oficialmente o Partido Panteras Negras para Autodefesa. Newton era um homem de apenas 24 anos quando concebeu o Partido. Nascido no sul dos Estados Unidos, ele era o caçula de uma família de 7 irmãos, filho de um trabalhador industrial negro e de uma dona-de-casa mestiça². A situação financeira da família não impediu a aspiração de Newton a entrar na Faculdade de Direito de Merritt e na Faculdade Estadual de São Francisco, em 1966, onde se aprofundou nas matérias de Direito Constitucional (com foco nas legislações sobre porte de armas, sistema eleitoral e poder policial e frequentou grupos de debate que o auxiliaram a aprimorar sua habilidade retórica. Nesse ambiente, ele se aproximou da Associação Afro-americana da instituição, produzindo programas de rádio com temática racial, além de promover mobilizações de rua e manifestações com negros e negras em situação de desemprego. Newton também foi marcado pela vivência no sistema carcerário, pois ficou encarcerado por 6 meses em 1964 após o assassinato de um homem em uma briga, tendo contato com mazelas especialmente brutais no tratamento com afro-americanos. Este era um aspecto que o diferenciava de seus pares estudantis, sua sintonização com as demandas populares. Ele buscava ler e produzir conhecimento que fizesse sentido na resolução dos problemas de seus vizinhos, amigos e familiares. Biógrafos apontam que o trabalho desenvolvido por ele como assistente social no Centro Contra a Pobreza do governo federal no norte de Oakland³ contribuiu em muito⁴ para a consolidação de sua visão política e de sua habilidade de entender as especificidades de ser jovem e negro (BLOOM; MARTIN, 2013, p.20, p.36).

No ano de 1962, em um ato político contra o embargo estadunidense a Cuba, Newton conheceu Bobby Seale, um texano 5 anos mais velho do que ele, que já havia servido como piloto na Força Aérea do país, que militava na Universidade de Laney e participava de grupos

² A mãe de Huey Newton, Armelia Newton, se recusava a trabalhar como empregada doméstica de famílias brancas pois considerava isso “um ato de rebelião”. Além disso, Walter Newton, o pai, havia sido concebido através de um estupro de um homem branco contra sua mãe negra. Dessa maneira cruel, a assimetria de poder entre brancos e negros foi ensinada a ele desde a infância, fato que o inspirou a fomentar em seus filhos uma consciência sobre a verdadeira situação dos negros desde sempre (BLOOM; MARTIN, 2013, p.20).

³ North Oakland Neighborhood Anti-Poverty Center, no nome em inglês.

⁴ Além disso, com o salário, Newton usava pagava o aluguel da primeira sede do Partido (BLOOM; MARTIN, 2013).

de estudos exclusivos para negros. Seale era considerado um orador extremamente habilidoso e um burocrata partidário eficiente e comprometido, que conseguia de fato manejar o dia-a-dia da organização (PANTERAS NEGRAS, 2014). Os cofundadores do movimento tinham entrado em contato com literaturas marxistas clássica e contemporânea (com ênfase na chinesa) assim como autores decoloniais como Frantz Fanon⁵.

Durante os anos 1950, a migração negra dentro do país era gigante, e o maior fluxo evidenciado foi justamente para o estado da Califórnia, onde se localizava a sede do partido. Nessa década, a população negra de Nova York duplicou, enquanto a de Los Angeles (a 600 quilômetros da cidade natal do Partido) cresceu oito vezes. Praticamente todos viviam em guetos e casas populares do governo federal⁶, e esse aumento populacional de afro-americanos não se verificou em integração ou representatividade. Além disso, os bairros negros apresentavam maiores taxas de crime, maiores índices de doenças sexualmente transmissíveis, mortalidade materna e tuberculose (BLOOM; MARTIN, 2013, p.51, p.83, p.84).

A criação do partido se deu na esteira de movimentos contestatórios em todo o país, catalisados desde o início da década de 1960. As articulações da população negra tinham o objetivo de fazer pressão no governo federal contra a institucionalização da segregação racial vigente e as condições degradantes em que viviam. É nesse período de lutas que as famosas figuras de Malcolm X e Martin Luther King Jr. surgem.

Malcolm X era um dos líderes mais famosos da causa e foi responsável por articular diversos grupos negros pelo país, sempre calcado na denúncia sobre a situação de vida da população negra. Suas falas criticavam mais do que leis racistas, incluíam reflexões sobre a supressão da identidade dos negros, e acrescentava nelas a urgência dos afrodescendentes de todos os EUA em pavimentarem um caminho que levasse a emancipação e reconexão com características culturais próprias. O seu assassinato, em 21 de fevereiro de 1965, teve grande repercussão, em especial nos guetos e periferias que não tinham até então sido beneficiados com a abordagem de outros grupos remodeladores da sociedade. Praticamente todos os grupos antirracistas organizados nos EUA na época, inspiravam-se nas ideias de Malcolm, inclusive Huey Newton e Bobby Seale, elegendo-o como um ponto referencial para o grupo, quase

⁵ Frantz Fanon (1925-1961), foi ao mesmo tempo psiquiatra, ensaísta e militante político ao lado da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), com a qual compartilhava a causa independentista. Martinicano, faz parte do grupo de intelectuais negros,. Anticolonialista radical, de escrita altamente literária e retórica, contribuiu para aclarar não só a história, mas também reflexões e debates contemporâneos. Ver mais em: <https://diplomatieque.org.br/frantz-fanon-uma-voz-dos-oprimidos/>.

⁶ Acredita-se que apenas 13% das famílias tinham casa própria (BLOOM; MARTIN, 2013).

como uma figura espiritual presente no Partido dos Panteras Negras (BLOOM; MARTIN, 2013, p.23).

Martin Luther King Jr era indiscutivelmente o ativista do movimento dos direitos civis mais importante e com maior penetração nas esferas de poder estadunidense. Com uma postura moderada, King procurava costurar um programa de redistribuição de poder econômico que fosse capaz de reformar a estrutura hierárquica vigente, além de ser declaradamente antiguerra. Sua estratégia era primeiramente a de organizar marchas interracialis e incentivar atos de desobediência civil. Diferentemente de Malcolm X e os Panteras, o ativista acreditava em uma resolução sistêmica e capitalista para os problemas raciais. Se por um lado seu assassinato o transformou em um mártir respeitado e reconhecido até hoje, por outro desiludiu setores que acreditavam em uma via não-violenta do rompimento da ordem desigual vigente, assim como eliminou a única liderança aglutinadora das massas negras e brancas, pobres e ricos, militantes civis e revolucionárias (INSTITUTO HUMANITAS, 2016). Com esses dois assassinatos, um vácuo de liderança central havia se iniciado. Nesse momento⁷, os jovens negros já haviam entendido que a mobilização era a chave para a melhoria de suas vidas e que o inimigo era um problema difuso e estrutural. Estes jovens, no entanto, não sabiam como se organizar de fato, e os Panteras ascenderam como um centro do debate e se fazendo presentes na linha de frente da luta pela libertação negra, uma vez que a insurgência dos direitos civis havia fracassado, apresentando o caminho para superação da pobreza e opressão: a revolução (BLOOM; MARTIN, 2013, p.12, p.65,p.390).

Nesse contexto, a violência policial além de institucionalizada era especialmente truculenta. Enquanto ideias revolucionárias poderiam ser facilmente ignoradas, confrontos reais de grupos negros contra policiais não. Sendo assim, os Panteras negros nascem com um objetivo claro de autodefesa da população negra, motivados pelas recorrentes inserções nas comunidades segregadas. Nesse cenário, a proteção individual era urgente e, para tal, o partido incentivava o porte de armas pois o partido acreditava que “O poder político nasce da ponta do fuzil” (HAMPTON, p.89,1969).

Huey Newton, em sua coluna no jornal Black Panther no dia 20 de julho de 1967 afirmava:

A principal tarefa do Partido é fornecer liderança para o povo. Deve ensinar pela prática e pela teoria os corretos métodos de estratégia de resistência prolongada.

⁷ Para adicionar outros fatos desta turbulenta década de 1960, estava em curso a guerra do Vietnã - extremamente impopular e com grande número de negros e negras no fronte - e acontecia uma crise de legitimidade do Partido Democrata - historicamente mais sensível às causas sociais (PANTERAS NEGRAS, 2014).

Quando o povo aprender que não é mais vantajoso para resistir indo para as ruas em grande número, e quando ver as vantagens das ações do método da guerra de guerrilhas, irá rapidamente seguir este exemplo. Mas, primeiramente, eles devem respeitar o Partido que está transmitindo esta mensagem. (NEWTON, 1967)

Estava claro para o seu fundador e Presidente, como mostrado acima e em consonância com sua trajetória, que era necessário um programa acessível para o povo, que funcionasse como mandamentos para todos os integrantes do partido, para que todos ficassem alinhados sobre a gênese, a práxis e o objetivo final daquela organização e, em maio de 1967, assim foi feito (Nova Cultura Popular, p.9). O responsável por especificar foi Leroy Eldridge Cleaver, um ativista político, escritor e Ministro da Informação do Partido dos Panteras Negras. Apontado como uma das lideranças mais carismáticas da organização, Cleaver conseguia participar dos ciclos de notícias de maneira habilidosa, já que foi articulador de alianças com partidos apoiadores dos Panteras e tinha como uma importante habilidade o dom de condensar as ideias do partido na comunicação externa sem perder as bases teóricas, como na criação dos preceitos a seguir (CLEAVER, 1968, p.33).

Nos mandamentos do Partido, o tema inaugural era a falta de oportunidades que assolava a comunidade negra, o ponto inicial para o caráter revolucionário dos Panteras. Nos mandamento 2 (“Queremos emprego para nosso povo”) e 3 (“Precisamos acabar com a exploração do homem branco na comunidade negra”), explicavam que uma vez que o sistema de distribuição da riqueza e dos meios de produção eram quase que exclusivamente de homens brancos que enriqueceram com a escravização dos antepassados dos negros, e que a organização legal não permitiria nenhum tipo de ascensão ou melhora de vida da população, seria necessária a tomada desses meios de produção e de uma mudança de sistema econômico, do capitalismo para o socialismo. O tema da dignidade se apresentava nos debates sobre moradia e educação. Era muito cara aos Panteras Negras a tomada de consciência dos afro-americanos sobre a verdadeira contribuição ao desenvolvimento dos Estados Unidos da América e o porquê de atualmente os seus pares se encontram no estrato mais baixo da sociedade (INSTITUTO GELEDES, 2017).

Faziam parte da carta de princípios, também, itens que tangem à organização jurídica. Por exemplo, exigiam que os afrodescendentes fossem isentos ao serviço militar (principalmente em um momento que o governo enviava milhares de homens negros para a Guerra do Vietnã), e que todas as pessoas negras presas no país fossem soltas por interpretarem que elas não passaram por um julgamento justo, e sim por um sistema racista que não levava em consideração os fatos (Nova Cultura Popular, p.10). Mesmo com posições revolucionárias, a cúpula do partido sabia usar a legalidade em sua luta. O tópico do

armamento do partido era embasado no 2º artigo da Constituição vigente nos EUA e a problemática do julgamento imparcial na 14ª emenda, que legisla sobre o julgamento ser feito pelos pares, o que não ocorria, pois, a deliberação e os vereditos eram dados por pessoas brancas.

O resumo dos objetivos dessas diretrizes vem no 10º mandamento: “Nós queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz”. Apresentam nesse documento o objetivo principal, da construção de um plebiscito da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre sua autodeterminação, pois entendiam que a população negra vivia sobre a égide de um governo imperialista que os colonizava e os guetos negros seriam a prova disso (o Partido considerava esses bairros como “masmorras urbanas do imperialismo”). O agravante é que os negros e negras estadunidenses estavam muito longe da identidade de sua ancestralidade africana e eram impedidos de desenvolver a cidadania plena nos Estados Unidos. Sobre isso, Eldridge Cleaver afirma em 1968: “Somos tanto escravos como cristãos, somos tanto livres como segregados, somos integrados e colonizados.” (Nova Cultura Popular, p. 12, p.15, p.33).

Huey Newton defendia que “uma cultura revolucionária é a única cultura válida para os oprimidos”, baseando-se na ideia de “ganhar a liberdade por qualquer meio necessário”, de Malcolm X. Para desenvolver essa cognição era necessário, primeiramente, despertar a consciência na população sobre o nível de degradação que a sociedade havia atingido (Nova Cultura Popular, p.10, p.13, p.28). Fundamentado em Fanon (1952, p.122):

Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria.

Para tal, iniciaram atividades aglutinadas no programa *Serve the People*, no qual a comunidade participava de projetos importantes que fortaleciam os laços do bairro e com o grupo, além de reforçar o discurso da ineficiência do Estado (BLOOM; MARTIN, 2013, p.13). A primeira e mais emblemática dessas iniciativas foi o *breakfast for school children*⁸, no qual as crianças das comunidades negras faziam a primeira (e às vezes a única) refeição do dia, como ilustrado no documentário “Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução” (2015). O programa começou com doações na época do natal de 1966 e em poucos meses começou a atender, em média, 10 mil crianças por dia (BLOOM; MARTIN, 2013, p.13). Com o tempo esses serviços se expandiram para atendimento de saúde e atividades educacionais (Nova

⁸ Café-da-manhã para crianças em idade escolar (tradução minha).

Cultura Popular, p.13). Fred Hampton⁹ em 1969 rebatia críticas que esse programa seria caridade, e que na verdade “leva o povo de uma etapa para uma outra etapa. Qualquer programa que seja revolucionário é um programa que faz avançar. A revolução é transformação.” (HAMPTON, 1969, p.53).

A ideia de Newton e da cúpula do Partido dos Panteras Negras era que estes projetos fossem de sobrevivência, quase como ajudas emergenciais, pois para eles estava claro que a solução real era estrutural e revolucionária. Essa visão foi consolidada em 1968 quando o partido oficializou que seu norte ideológico era o marxismo-leninismo¹⁰, com o objetivo da instauração de um sistema socialista no país. Sendo assim, entendiam como indiscutível a luta contra o capitalismo, o sexismo e o racismo (Nova Cultura Popular, p.13, p.14). Importante ressaltar que o partido nunca disse que o fim do capitalismo é casado com o fim do racismo (BLACK PANTHER JOURNAL, 1969, p.120), mas acreditavam com fervor que a eliminação do racismo é mais provável em um sistema socialista, pois no capitalismo “o lucro é o propósito e o racismo é a desculpa.” (MARSHALL, 1969, p.72).

Inserindo-se na luta proletária mundial, a solidariedade com os países do ainda chamado “Terceiro Mundo” se desenvolvia não somente com a utilização de referenciais teóricos não-estadunidenses como Frantz Fanon (psiquiatra e filósofo martinicano), Che Guevara (revolucionário argentino) e Mao Tsé-Tung (revolucionário chinês do partido comunista) como também articulando visitas internacionais¹¹ a países que travavam lutas de libertação ou que já haviam instaurado o socialismo. Fred Hampton fazia uma analogia para explicar por que a revolução era o melhor caminho: “Temos que encarar o fato que algumas pessoas dizem que se luta melhor fogo contra fogo, mas dizemos que se combate ao fogo com água. Se combate o capitalismo com o socialismo. (...) O povo tem que ter o poder; ele pertence ao povo!” (Nova Cultura Popular, p.16, p.23).

O Partido dos Panteras Negras cresceu e se consolidou de maneira exponencial, sendo que do passo de 2 anos havia mais de 100 filiais por todo o país e mais de 2 mil membros (OS PANTERAS NEGRAS: VANGUARDA DA REVOLUÇÃO, 2015). Sendo assim, o Departamento de Investigação Federal dos Estados Unidos, o FBI, classificou o grupo como a maior ameaça da segurança interna do país, impelindo a criação do Programa de

⁹ Fred Hampton foi um importante membro do Partido dos Panteras. Ocupou a vice-presidência do Partido e era responsável por organizar a militância na costa leste dos Estados Unidos. Foi assassinado por policiais aos 21 anos (NATIONAL ARCHIVE, 2019).

¹⁰ Marxismo-leninismo designa a doutrina ideológica posta em curso na extinta União Soviética e na República Popular da China no século XX. É uma identidade revolucionária que acredita que o complexo social vigente só pode ser alterado através de ações coletivas. Ver mais em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_leninismo.htm.

¹¹ Este tópico será melhor explorado no último capítulo desta pesquisa.

Contraineligência (COINTELPRO), um plano secreto focado na eliminação de grupos “nacionalistas negros” que foi desenvolvido por Edgar Hoover, diretor da instituição no ano de 1967. O *modus operandi* do COINTELPRO ia desde falsificação de cartas para a desarticulação do partido até assassinatos. Havia a suspeita entre os Panteras Negras que partia do FBI também a difusão de drogas pesadas nos guetos negros, em especial a heroína, como tática genocida (Nova Cultura Popular, p.25).

Uma coluna no jornal Black Panther em julho de 1967 já previa que seria inevitável que um dia estariam na ilegalidade, e defendia que até que isso ocorresse a militância do partido deveria estar comprometida com a circulação da mensagem de vanguarda, para que quando a estrutura e a cúpula partidária fossem forçadas à clandestinidade o trabalho de conscientização geral pudesse seguir o curso de maneira orgânica¹² (HAMPTON, 1969, p.101).

Alguns temas eram discutidos pelo partido a partir de uma preocupação de motivos que poderiam afastar a população preta do caminho defendido pelo grupo. Linda Harrison (1969) via no “nacionalismo cultural” uma ameaça real e apresentou seus argumentos em uma coluna publicada no jornal Black Panther em 02 de fevereiro de 1969. O entendimento dela era que a ideia de “sou negro e tenho orgulho!” em voga no final dos anos 1960, principalmente pelo movimento *soul music* (PEREIRA, 2010) geraria um sentimento simplista e de acomodação da população. Harrison encontra eco em Fanon (1958, p.72) que afirma que “a simplicidade do negro é um mito forjado por observadores superficiais.”. Nem todos comungavam da interpretação da militante, pois entendiam que o desenvolvimento da consciência política poderia partir desse movimento (HARRISON, 1969, p.45), inclusive, o mentor político de James Brown, o cantor mais popular do gênero, foi Donald Warden, um militante estudantil que influenciou o início da militância de Huey e Seale (BLOOM; MARTIN, 2013, p.23). A discussão sobre o efeito da retomada da cultura africana na mudança prática de um sistema

¹² Algo que chama muito a atenção é o entendimento das lideranças sobre a longevidade do partido. O tópico aparece na coluna publicada em 16 de novembro de 1968 escrita por Huey. Nela, vê-se o sólido consenso entre os líderes que acreditavam que depois da revolução, após estabilidade de um novo complexo sociopolítico, seria natural que o povo negro questionasse a autoridade da burocracia vigente, pois teria a autonomia de regular o governo sem a autoridade partidária dos Panteras Negras, supondo que nesse futuro não existisse mais classes sociais. A percepção individual seria deixada de lado em nome da coletividade (Nova Cultura Popular, p.40). No texto “Vocês podem matar o libertador, mas não a libertação” de Fred Hampton de 1969, ele deixa muito claro que “Não defendemos a ditadura dos Panteras. Não defendemos a ditadura do povo negro. Defendemos a ditadura do povo (...) [e] o povo é educado ao ponto de conseguir dirigir por si mesmo.” (HAMPTON, 1969, p.118). Mais uma vez, pode se encontrar semelhança com a obra de Fanon (1952, p.120), que quando discute a diferença de uma revolução liderada por negros, entende que “Ele [o negro] não deseja de modo algum dominar o mundo: ele quer a abolição dos privilégios étnicos, quaisquer que sejam eles; ele afirma sua solidariedade com os oprimidos de qualquer cor.”.

racista também ocorre no Movimento Negro brasileiro e na luta anti-apartheid, e será retomada nos capítulos seguintes.

Na sustentação do partido estavam as mulheres do grupo, que sempre planejaram, trabalharam e experienciavam as ações da facção. Militantes talentosas e estrategistas, desenvolveram diferentes programas e assumiram diversas funções administrativas no Partido, em especial quando os companheiros negros estavam presos ou exilados. O protagonismo dessas mulheres foi ofuscado pela proeminência da liderança masculina, mesmo sendo a maioria na composição das fileiras do grupo (AUSTIN, 2016). Essa narrativa não é paralela, é constituinte da dinâmica do Partido e, na prática, sem elas, o grupo não teria se mantido nas crises e nas ações. Sem entender essa participação, a análise da organização fica rasa (BLOOM; MARTIN, 2013, p.97). Inclusive a estética do cabelo *black power* e toda a campanha pelo aspecto da autoestima dos negros foi liderado por mulheres. Quando pessoas de todo o mundo negro (incluindo o Brasil nessa perspectiva) viam esses símbolos, havia um reforço sobre a identidade negra, promovendo a ideia de empoderamento pessoal (NEAL-CLEAVER, 1968). Cientes dessa realidade, as Panteras começaram a debater entre si a condição das mulheres negras revolucionárias e a pressionar a cúpula do Partido a refletir sobre a reprodução de comportamentos sexistas na organização. Até porque o projeto de um futuro governo Pantera se apresentava como um plano de caráter patriarcal e que não exterminaria o privilégio masculino¹³ (NEWTON, 1970, p.138).

Após muitas prisões e assassinatos patrocinados pelo COINTELPRO, intensificou-se a visão militarizada partindo do grupo. Isso se deu ao fato da inspiração do Presidente pelas ações guerrilheiras negras ao redor do mundo. Além dos líderes cubanos e asiáticos que o inspiraram desde o início, entrava em cena sua admiração por esses outros grupos, em especial as guerrilhas de Moçambique, Angola, da África do Sul e do Brasil. Do país sul-americano, um importante referencial de estudo e de exemplo era o baiano Carlos Marighella (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.354). Marighella foi um militante socialista contrário ao regime ditatorial brasileiro, participante da Ação Libertadora Nacional, que entre outras ações, sequestrou o embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick em 1969. Ele era considerado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) norte-americana o “sucessor de Che

¹³ “Não me recordo de alguma vez termos constituído qualquer valor que dissesse que um revolucionário deve dizer coisas ofensivas contra os homossexuais ou que um revolucionário deve se certificar de que as mulheres não falem sobre sua própria particularidade de opressão. Na verdade, é justamente o contrário: pontuamos que reconhecemos o direito das mulheres de serem livres. Não temos falado muito dos homossexuais de qualquer modo, mas devemos nos relacionar com o movimento gay porque é uma coisa real. E eu tenho conhecimento através de leitura, e através de minha experiência empírica e de observações que aos homossexuais não são dadas nenhuma liberdade por ninguém na sociedade. Existe a possibilidade de serem os povos mais oprimidos da sociedade.” (NEWTON, 1970).

Guevara” e pelo governo brasileiro à época “o inimigo número um do Estado” (CORREIO BRAZILIENSE, 2019). Ele escreveu, entre outros, “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil” (1958), “Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil” (1967) e “Chamamento ao povo brasileiro” (1968). Sua obra escrita mais célebre é o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano (1969)”, no qual ensinava como organizar ações terroristas domésticas e como ter uma posição resistente a égide de governos ditatoriais, obra a qual o partido dos Panteras Negra traduziu e disponibilizou a Newton (BARRETO, 2017). Essa nova abordagem, entretanto, não vingou (JOHNSON, 2002).

A mídia, por sua vez, retratava o grupo desde o início como uma facção de terroristas violentos, e era alimentada pelo COINTELPRO com falsos planos de atentados a bomba em prédios públicos, sequestros e outros tipos de perturbação da ordem social, além de retratá-los como inimigos do Estado. Estima-se, aliás, que 73% de todas as notícias eram escritas pelo FBI (CURTIS, 2016). O jornal The New York Times publicava em março de 1971 que o partido, em menos de um ano, já tinha perdido metade de seus membros e que a causa principal disso era o racha interno do partido que não conseguia concordar nos planos de ação que deveriam ser seguidos (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.372, p.373). O antagonismo chegou ao ponto de Cleaver e Newton nem se falarem mais, e uma reconciliação era dificultada pelo fato de Cleaver estar residindo na Argélia, no comitê internacional do partido lá estabelecido, e de Newton estar nos Estados Unidos. Quando a imprensa tomou conhecimento sobre essa divergência, organizou uma transmissão ao vivo de uma ligação telefônica entre os dois, idealizada por Newton para tentar recuperar a base que estava sendo perdida, uma vez que nessa altura, os Panteras Negras eram também um fenômeno midiático, e ele esperava que Cleaver fosse se manter fiel aos planos decididos pelo partido e não conflitaria na frente das câmeras. O contrário aconteceu e Huey expulsou Edridge do partido, gerando uma cisão irreconciliável (OS PANTERAS NEGRAS, 2015).

A visão da cúpula de intensificar as táticas guerrilheiras do grupo não teve boa aceitação da base, e o partido revolucionário começou a seguir linhas dentro do sistema, notadamente a via eleitoral, e até mesmo o FBI já havia os tirado da lista de maiores ameaças. Incapazes de gerenciar as dezenas de comitês espalhados pelos Estados Unidos, os Panteras Negras, em 1972, cortaram seus laços nacionais e decidiram se dedicar a ações na sua área de criação, Oakland, onde Bobby Seale chegou a ser candidato a prefeito (e perdeu). Acredita-se que parte da pressão por seguir esse caminho se deu na assimetria armamentícia do grupo, que se munia de armas contra o aparelho repressivo do Estado, que detinha de aparatos mais tecnológicos, bombas e helicópteros, instrumentos inacessíveis e logicamente mais

avançados, derrubando a estratégia defendida por Huey antes mesmo de ter sido colocada em prática. No decorrer dos anos, muitos foram assassinados, exilados ou simplesmente se desfiliaram. Enfrentando essa realidade, assim como muitos ex-membros do partido, Huey se tornou dependente químico de drogas ilícitas e álcool, que intensificaram quadros de bipolaridade e depressão nesse que era a espinha dorsal do Partido. Os Panteras Negras chegaram a ter uma outra presidência, a de Elaine Brown, que apesar de sua habilidade política, foi incapaz de reformar as estruturas do grupo de leninista-marxista para social-democrata e limpar a imagem hedionda que a mídia tinha conseguido construir, finalmente fechando seu último escritório em 1982 (BLOOM; MARTIN, 2013, p.374, p.382, p.389). Johnson (2002) resume esse capítulo da história afirmando que “A escalada do Partido foi rápida e dramática, e a queda lenta e vergonhosa”.

Resumidamente:

As blacks won greater electoral representation, government employment, affirmative action opportunities, as well as elite college and university access; the Vietnam War and military draft wound down; and the United States normalized relations with revolutionary governments abroad, it became impossible for the Panthers to continue advocating armed confrontation with the state and still maintain allied support. The Party, racked by external repression and internal fissures, quickly and disastrously unraveled (BLOOM; MARTIN, 2013, p.390).¹⁴

O maior problema foi que os Panteras Negras não tiveram a habilidade de se reinventar em um contexto em que os negros e negras tinham mais acesso à educação, que havia mais diversidade na polícia e no Congresso, em que havia melhorias nas periferias e a criação de uma classe média afrodescendente. A emancipação não estava feita, mas o discurso revolucionário não funcionava mais. Por outro lado, todas essas articulações e o alcance midiático que elas tiveram em músicas, desenhos, premiações, competições olímpicas e conferências políticas, inspirou outros movimentos antirracistas mundiais, como os grupos negros dentro dos Estados Unidos que começaram a ter uma postura mais reivindicatória sobre os direitos dos povos africanos, em especial na articulação anti-apartheid quanto no Movimento Negro Brasileiro a seguir.

3.2. O Movimento Negro Brasileiro

¹⁴ Conforme os negros conquistavam maior representação eleitoral, cargos no governo, oportunidades através de ações afirmativas, assim como acesso a Universidades de elite; A Guerra do Vietnã caminhava para o fim; e os Estados Unidos atenuavam suas relações com países revolucionários, se tornou impossível para os Panteras continuarem a advogar pela luta armada e manter alianças. O Partido, rachado pela repressão externa e pelas fissuras internas, rapidamente e desastrosamente se desfez (tradução minha).

O Professor Doutor Amílcar Araújo Pereira apresenta em sua tese de doutoramento ““O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)” de 2010 o argumento de que “a emergência de uma identidade negra no Brasil atual só pode ser entendida como construção política.”. O autor conceitualiza o movimento em seu outro trabalho “*The civil rights movement*” e o movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no “Atlântico negro” (2008) como “o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc.”.

Petrônio Domingues (2007) pega emprestada a definição de Joel Rufino dos Santos (1990), que conceitualiza como:

todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro

O grande ato político aglutinador que deu o pontapé inicial ao movimento negro contemporâneo ocorreu no dia 7 de julho de 1978 (RODRIGUES, 2005, p.42), contando com 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo (DOMINGOS, 2007, p.113). Esse evento catalisador começou a ser organizado semanas antes pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), fundado no dia 18 de junho em São Paulo e hoje presente em diversos estados da federação com o nome de Movimento Negro Unificado (MNU). O grupo nasceu de um protesto gatilhado pelo assassinato de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de atletas negros do Clube de Regatas Tietê (PEREIRA, 2010, p.64).

Apesar da data do lançamento do MNU ser emblemática, é imprescindível um recuo de alguns anos para um entendimento mais fidedigno da situação do movimento negro no país durante a década de 70. De destaque, Pereira (2010) apresenta:

Algumas entidades se formaram logo no início da década de 1970, como o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul em 1971; o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e o grupo de teatro Evolução, em São Paulo em 1972; o bloco afro Ilê Aiyê em 1974 e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro em 1976, ambos em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1974 e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975, no Rio de Janeiro; o Grupo de Trabalho André Rebouças, em Niterói, e o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ), em 1975, entre outras. Um exemplo dessas redes de relação que se expandiam nos anos 1970 é o fato de que em 1975, a criação do Instituto de Pesquisas das Culturas

Negras (IPCN), no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro, contou com a participação de alguns atores que conheciam a trajetória do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944.

Ainda sobre o contexto histórico, não há como desvincular a gênese do Movimento Negro contemporâneo do regime que o Brasil vivia. Desde 1964 o país estava sob a égide de um governo ditatorial de caráter militar. Nele, os aparatos repressivos se formaram muitas vezes pela reestruturação de órgãos legítimos de segurança nacional, que pararam de focar nas ameaças externas para monitorar inimigos internos e opositores, fisiologicamente chamados de comunistas (PENNA FILHO, 2009). A justificativa para a quebra democrática foi o medo de que um sistema socialista seria implantado no país, como ocorria em outros países periféricos com movimentos antiimperialistas fortes (SILVA, 2013, p.4) e durante ela “o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGOS, 2007, p.111). Hoje, quando se evoca a memória da resistência nesse período pouco se fala da contribuição de negros e negras na luta pelo fim do regime, apagando-os da construção história de uma luta recente, quando na verdade, nas guerrilhas, na música, nos congressos, na academia e nos jornais, “homens negros lutavam (...) em prol da liberdade de uma nação ecoando por todos os cantos as palavras liberdade e democracia, cada qual com a sua intenção e ideal de luta” (SILVA, 2013, p.3,p.6).

Essa realidade combinada com o Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º previa a detenção de 1 a 3 anos de qualquer movimentação ou articulação na temática racial, pois na época o governo brasileiro não admitia em nenhuma esfera legal, seja ela doméstica ou internacional, que havia casos de racismo no país (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1969). Nessa orientação, o governo considerava os movimentos com temáticas afro-brasileiras os responsáveis por estimular o “racismo negro” (PEREIRA, 2010, p.131, p.166, p.167). Além disso, segundo Tairane Ribeiro e Gabriel Ribeiro (2016),

O Estado para sustentar seu regime ditatorial, criou um discurso com base em propagandas da identidade nacional relacionadas com a “democracia racial”, no qual o povo brasileiro tinha a imagem de uma nação cordial, festiva, possuidora de um ponto principal para a afirmação da harmonia racial, a certeza de que todas e todos eram iguais em nome da preservação da unidade nacional.

Nessa mesma temática, nos assegura Nogueira (2006) que a própria ideia de orgulho nacional (tão defendida pelo regime de exceção brasileiro) se calcava também em uma suposta convivência pacífica e multiétnica do país, além da “valorização ostensiva do igualitarismo racial”. Importante lembrar que “os movimentos sociais [são] respostas

práticas e coerentes à distribuição desigual das privações sociais criada pela mudança institucional”, e mesmo que pipocassem diferentes organizações sobre a temática racial, cada uma abarcava as particularidades políticas e culturais de seus membros, assim como as nuances de seus fundadores e demandas de suas regiões. Enquanto que a criação do bloco afro *Ilê Aiyê* em Salvador em 1974 foi para um lado musical, o Grupo Palmares fundado pelo poeta negro Oliveira Silveira mantinha uma vertente mais teatral e literária. Já o caráter político-reivindicativo floresceu em São Paulo, em especial nas cidades do ABC paulista após a grande greve de 1979¹⁵ (PEREIRA, 2010, p.170).

O ponto aglutinador do movimento era a discussão da situação do negro no Brasil e a inaceitabilidade do preconceito. Entretanto, a construção da unificação do movimento em torno de uma linha ideológica ou programa comum foi e continua sendo conflituosa entre os construtores dessas organizações¹⁶. Essa situação é verdadeira desde o início do século XX quando o Estado brasileiro era constitucionalmente eugenista e a identidade negra era colocada em xeque (PEREIRA, 2010) e se manteve até a redemocratização, na qual ocorreu o debate sobre se um possível alinhamento do movimento com agremiações partidárias seria válido ou não.

Há no senso comum acadêmico e popular que o desenvolvimento da militância negra brasileira contemporânea seria uma réplica do que acontecia internacionalmente. É importante esclarecer que, apoiado em Pereira (2010) está claro que o Brasil de fato:

recebeu, interpretou e utilizou informações, idéias e referenciais produzidos na diáspora negra de uma maneira geral, especialmente nas lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e nas lutas por libertação nos países africanos.

¹⁵ “A greve geral de 1979 mostrou o rápido avanço da organização dos trabalhadores, que mais uma vez desafiaram a ditadura e dobraram os patrões. Cerca de 200 mil trabalhadores participaram do movimento, que paralisou a produção das indústrias automobilísticas (adesão total na Volks, Ford, Mercedes-Benz e Scania) e de autopeças e de outras grandes empresas da região [de Santo André, São Bernardo e São Caetano]. Pela primeira vez foi organizado um fundo de greve. Os trabalhadores receberam apoio da igreja católica, de entidades civis, do MDB e de artistas famosos.” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2019).

¹⁶ Nas primeiras décadas do século XX, a principal organização foi a Frente Negra Brasileira (FNB), que chegou a ter 200 mil membros, sem caráter revolucionário, se comportando de maneira assimilacionista (DOMINGUES, 2018, p.118). Segundo Florestan Fernandes (1969) a FNB visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na “população de cor” tendências que a organizassem como uma “minoridade racial integrada”; e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes. na reeducação do “negro”, incentivando-o a concorrer com o “branco”, em todas as esferas da vida, e emulando-o, psicologicamente, para enfrentar a “barreira de cor”; na criação de formas de arregimentação que expandissem e fortalecessem a cooperação e a solidariedade no seio da “população de cor”. O que se percebe é que esse comportamento de integração no sistema vigente se mantém hegemônico na dinâmica dos grupos raciais brasileiros. Nem nessa primeira fase discutida acima, nem com a criação dos Teatros Experimentais da década de 1940 havia um direcionamento de mobilização real da massa e das estruturas (PEREIRA, 2010, p.90). Pereira (2010) defende que “A idéia de transformação social (...), está diretamente ligada ao momento histórico e ao contexto social no qual ela surge”, sendo assim, a lógica que o aumento dos grupos reivindicatórios foi percebido no período de abertura “lenta e gradual” da ditadura brasileira, no período de Ernesto Geisel (1974-1979) é verificada.

Essa troca não constituiu posição passiva: o que chegava aqui era adaptado, repensado e revisto para ser mais condizente com a realidade do país. Uma maneira fácil de perceber essa troca é a análise da influência da música *soul* estadunidense no país, nos trabalhos de artistas como Tim Maia, Sandra de Sá, Elza Soares e Jorge Ben Jor, constituintes de um fenômeno cultural carioca batizado de “*Black Rio*”, uma expressão coletiva e musical do soul americano com o samba e o funk brasileiro. Essa mistura cultural era também conflituosa, apresenta Pereira (2010, p.130), pois havia desconfiança da direita de que o “*black is beautiful*” seria uma ingerência comunista na nossa sociedade, motivado pelos boatos que os Panteras Negras enviavam dinheiro para os organizadores dos bailes (VELOSO, 2006), de maneira oposta, a ala da esquerda via essa mistura cultural como ingerência imperialista. Isabela Silva (2013) contribui em seu artigo que “as formulações ideológicas e atividades dos militantes negros ora eram estimuladas, ora eram rechaçadas por setores acadêmicos e culturais”. Um exemplo disso, é o cantor Tony Tornado, divisor de opiniões nos grupos afro. O carioca, na virada para a década de 1970, recém-chegado dos Estados Unidos, trouxe na bagagem uma nova maneira de se vestir, de falar, de ver o papel da música e o papel da arte na contestação das autoridades políticas. Em suas composições, ele trazia para o meio negro brasileiro uma realidade racista diferente, a da segregação jurídica que ele tinha vivenciado na década de 1960. Ele afirmava que a música¹⁷ que ele começou não tinha como intenção deliberada a mobilização política, mas sim de aglutinar o maior número de pessoas possível para colocar em pauta a questão da consciência da realidade segregacionista da política (SILVA, 2013, p. 9).

Sobre esse assunto, Antônio Carlos dos Santos, fundador do Ilê, também conhecido como “Vovô”, relata que no conflito “cultura versus política” ele discordava de ambas as posições, porque a formação de um bloco de rua que primeiramente atrai as pessoas e depois as conscientiza, trabalha nas duas frentes (PEREIRA, 2010, p.168), pois “a música é uma prática essencial para a divulgação de informação e campo privilegiado de manifestação de opiniões” (SILVA, 2013). Outras ações no sentido da modificação do quadro cultural vigente e colonizado para outro, foi o movimento de “africanização” dos costumes, verificado no registro de bebês com nomes iorubás, incentivo a um novo padrão de beleza e de culinária, além de penetrar nas religiões, com a orientação dos crentes católicos se aproximarem das religiões de matriz afro (DOMINGUES, 2007, p.116). A discussão se assemelha ao debate

¹⁷ Segundo Napolitano (2002) “A esfera da música popular urbana no Brasil tem uma história longa, constituindo uma das mais vigorosas tradições da cultura brasileira.”.

travado sobre o “nacionalismo cultural” entre os Panteras Negras. Isso acontecia pois compartilhavam uma base ideológica, segundo Domingues (2007):

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antiracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado.

Oracy Nogueira (2006, p7, p.15) escreve sobre as distinções da realidade das duas nacionalidades ao descrever as diversas formas que o preconceito atinge os afrodescendentes brasileiros e estadunidense. No caso brasileiro, o preconceito é “de marca”, ou seja, do marcador social do tom de pele, e a dos pares estadunidenses, é “de origem”, de ascendência, e é seguro afirmar que ele foi certo quando analisamos as duas práxis. Além de outras realidades conjunturais que serão melhor exploradas no próximo capítulo, ele aponta que:

onde o preconceito é de marca, a reação tende a ser individual, procurando o indivíduo “compensar” suas marcas pela ostentação de aptidões e características que impliquem aprovação social tanto pelos de sua própria condição racial (cor) como pelos componentes do grupo dominante e por indivíduos de marcas mais “leves” que as suas; onde o preconceito é de origem, a reação tende a ser coletiva, pelo reforço da solidariedade grupal, pela redefinição estética etc.

Outros desafios relatados por diversos militantes desde os anos 1970 tangiam a questão da consciência adormecida da população negra brasileira. Carlos Alberto Medeiros, historiador e ativista, relata sua vivência na cidade de Porto Alegre. Ele afirma que viveu em um regime segregacionista dentro do país, mas uma segregação velada, sem lei “*Jim Crow*”¹⁸. Havia certos clubes que ele não poderia entrar por convenção social e não limitação legal, havia sindicatos que ele poderia participar e outros que não. Afirma também que as delimitações não ocorriam por classe e sim por raça, porque mesmo nas festas da periferia da cidade (de maioria negra) se sabia em quais os brancos e quais os negros eram bem-vindos (PEREIRA, 2010, p.72).

Outro empecilho muito marcante era o acesso à informação. Lélia de Almeida Gonzalez, uma das figuras mais importantes para o movimento no século XX, conta sobre as primeiras reuniões no Centro de Convivência Negra (CCN) de Belo Horizonte, que eram encontros de estudo - era tudo improvisado, com uma sala pequena que não comportava 30

¹⁸ “Lei Jim Crow” era o nome informal das leis de segregação nos Estados Unidos (INSTITUTO GELÉDES, 2016).

peessoas. Os textos disponíveis eram de jornais e livros, divididos entre todos. A visão mais abrangente do que era ser negro, da realidade do negro, se ampliou ali, relata Lélia (PEREIRA, 2010, p.77). Semelhante à experiência de Gonzalez, está a de Frantz Fanon (1952, p.118, p119):

Revirei vertiginosamente a antiguidade negra. O que descobri me deixou ofegante. (...) cidades de mais de cem mil habitantes (...). doutores negros (...) permitiu-me reencontrar uma categoria histórica válida. O branco estava enganado, eu não era um primitivo, nem tampouco um meio-homem, eu pertencia a uma raça que há dois mil anos já trabalhava o ouro e a prata. Eles sabiam construir casas, administrar impérios, organizar cidades, cultivar os campos, fundir os minerais, tecer o algodão, forjar o ferro (...) Sua religião era bela, feita de misteriosos contactos com o fundador da cidade. Seus costumes agradáveis, baseados na solidariedade, na benevolência, no respeito aos idosos (...) a África elevou-se sozinha a um concepção jurídica do Estado, e ele suspeita que, em pleno século do imperialismo, a civilização européia, afinal de contas, é apenas uma civilização entre outras, e não a mais suave (FANON, 1952)

Além dos desafios citados acima, a dificuldade de capilarizar esse conhecimento era gigantesco. Enquanto os Panteras Negras desenvolviam o *breakfast for children* e os serviços de consulta médica, os difusos movimentos brasileiros enfrentavam dificuldade para se aproximar da população. Helena Machado do Grupo Palmares de Porto Alegre conta da experiência do MNU do Rio Grande do Sul, comprometida com a aproximação das massas negras com o movimento, ela e outros militantes montaram um curso pré-vestibular para se aproximar da juventude (PEREIRA, 2010, p.198). Outra ação de conscientização partiu do Grupo Palmares em 1971, com a denúncia ao dia 13 de maio como um dia de falsa comemoração aos afrodescendentes, propondo o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, para ser tratado especialmente nas escolas para jogar luz sobre a ação dos povos negros contra as opressões, personificado em Zumbi dos Palmares, data de sua morte e que hoje é feriado em mais de 200 municípios do país¹⁹ (RODRIGUES, 2005, p.43).

O caso de Mundinha Araújo, de São Luís do Maranhão, também é emblemático. Mundinha tentou essa articulação com movimentos de esquerda da cidade, que a rechaçavam e a acusavam de estar exportando problemas estadunidenses para o país, que o problema real era exclusivamente de classe. Quando Mundinha se aproximou um certo tempo depois do Centro de Convivência Negra a estratégia mudou, pois começava a produzir cartilhas informativas para todas as classes profissionais e níveis de escolaridade com o objetivo de denunciar a verdadeira situação do negro no país (PEREIRA, 2010, p.207). Fanon (1952)

¹⁹ É interessante resgatar que a assembleia do encontro do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial de 1978 aconteceu nas instalações do Instituto Goethe (instituição do governo alemão) em Salvador porque mesmo sob a vigência do Ato Institucional número 5 da ditadura militar a Polícia Federal não tinha autorização de entrar, e foi nessa reunião que os participantes decidiram que o dia 20 de novembro deveria ser celebrado a nível nacional.

contribui com essa visão estratégica de Mundinha de atingir o indivíduo para mudar o todo da seguinte maneira: ele afirma que “A sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser.”. Carlos Alberto Medeiros, um dos fundadores do Sinba e do IPCN, também utilizava da criatividade para aumentar o acesso da população preta à informação, chegando a utilizar projeções nos horários de maior movimento na Central do Brasil, no Rio de Janeiro (PEREIRA, 2010, p.214).

Em um certo ponto, já depois do grande evento de 7 de julho de 1978, com maior organização do Movimento Negro, com a primeira eleição direta para governos estaduais (e ampla vitória de candidatos de oposição à ditadura) os debates internos orbitaram sobre o comportamento dos coletivos raciais em uma nova realidade democrática, na qual o poder passava pelo voto e pela burocracia participativa. Com a troca de governo, “Os Movimentos Negros, ao ganharem força com o fim (...) [do regime] Civil-Militar, se aproveitaram dessa violência que sofriam nos “anos de chumbo” da Ditadura promessa de “país democrático para fazer suas denúncias” (PEREIRA, 2010, p.214).

Além disso, o Movimento “retomou a luta antirracista enriquecido pela experiência dos movimentos anteriores” assim como pela “confluência de eventos como: as lutas de libertação dos povos africanos, as lutas contra o Apartheid na África do Sul e dos negros americanos pelos direitos civis nos EUA” (RODRIGUES, 2005, p. 41). O assunto era urgente pelas demandas mais tangíveis dessa fase e pela clara aproximação de lideranças a algumas siglas, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) organizado pelo futuro governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, com forte influência do ativista negro Abdias do Nascimento - inclusive, a carta de criação do PDT tinha um posicionamento claro da luta contra o racismo no país (PEREIRA, 2010, p.214, RODRIGUES, 2005, p.43). Nascimento era marcado também pelo tempo que passou no exílio nos Estados Unidos da América. Infelizmente, não há muitos registros sobre esse momento ou quem ele de fato encontrou, mas é seguro inferir que o movimento pelos direitos civis o munuiu de ideias e inspiração (DOMINGOS, 2007, p.110). Dessa forma, de pouco em pouco, “A temática racial passa a ser compreendida em sua centralidade (...) tornando-se, cada vez mais, um problema de toda a sociedade brasileira” (RODRIGUES, 2005, p.45).

Em 1984 nasce o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo. Mais do que a importância simbólica desse órgão, foi através dele que a comunidade negra organizada do estado conseguiu indicar um representante para a Comissão

Arinos, que “futuramente qualificou como crime a discriminação racial da Constituição Federal Brasileira”²⁰ (SILVA, 2013, p.5).

No ano seguinte (1986) o Movimento Negro Unificado promoveu um encontro para discutir o posicionamento e as estratégias do movimento para a Carta que iria ser preparada (e que viria a ser promulgada em 1988, a “constituição cidadã”). Desse congresso foram tiradas posições concretas, como a transformação do racismo em crime e a delimitação das terras quilombolas, até então tema pouquíssimo discutido entre a militância (PEREIRA, 2010, p.222). Essa influência na Constituinte contribuiu fortemente para a consolidação do movimento, e a decisão de que a questão étnica deveria ser tratada na Assembleia Constituinte foi uma reivindicação costurada por décadas (RODRIGUES, 2005, p.49).

Desse congresso²¹ saiu também um indicativo (que será mais bem explorado no próximo capítulo) que versava sobre as relações internacionais do país, em uma proposta de que o Brasil não mantivesse laços diplomáticos e comerciais com a África do Sul até que o sistema segregacionista do apartheid terminasse (PEREIRA, 2010, p.224). Pode se afirmar que esse foi um mecanismo de pressão de mudança no comportamento do poder público bem-sucedido, uma vez que o Estado brasileiro voltava a se configurar como uma democracia moderna, tornando completamente contraditória a conexão com países segregacionistas (RODRIGUES, 2005, p.77).

O ano de 1988²² foi um ponto de virada inquestionável no marco da “Marcha contra a farsa da Abolição”. Em 11 de maio do mesmo ano, na Candelária na cidade do Rio de Janeiro, com o slogan “Nada mudou - Vamos mudar!”, organizou-se um protesto em reação às comemorações oficiais do governo federal sobre a assinatura da Lei Áurea e também da repercussão da foto de policiais que prenderam meninos negros pelo pescoço, de maneira muito semelhante ao que acontecia nos tempos da escravidão legal. Ivanir dos Santos relata que na hora da articulação e da manifestação a presença era exclusiva do movimento negro, as frentes de esquerda não se apresentavam para somar, e os que acabaram envolvidos foram de maneira tardia (PEREIRA, 2010, p.228).

²⁰ A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1985 e a articulação das mulheres também foi um marco, uma vez que a executiva dessa repartição era constituída somente por mulheres brancas até a pressão do Coletivo de Mulheres Negras do mesmo estado contestar e se fazer presente. Era a prova de que “nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção na estrutura, na máquina do Estado”, afirma Ivair Augusto dos Santos (PEREIRA, 2010, p.219, p.221).

²¹ Vanda Menezes, ativista alagoana, relata que até hoje não sabe como os eventos aconteciam de maneira tão frutífera, “Sem e-mail, sem telefone e sem grana. É interessante: onde gente achava aquela grana para pegar o ônibus? A gente lotava o ônibus. A gente fazia pedágio, pintava.”. Pereira (2010) também chama a atenção nesse sentido, comentando que o movimento não teve caráter de massa pela dificuldade de maior mobilização (RODRIGUES, 2005).

²² Na época o presidente do Brasil era José Sarney (1985-1990).

Silva (2013) afirma que

os movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, ao colocarem em suas agendas as denúncias de racismo institucional, de racismo à moda brasileira e da farsa da democracia racial, demarcaram um campo de força política imprescindível na conquista por direitos civis, políticos e materiais.

Além disso, o movimento lutou por estímulos financeiros que partiriam do Estado e da sociedade civil no sentido compensatório, “a fim de implementar o direito à isonomia para os brasileiros de ascendência africana nos setores de trabalho, educação, justiça, moradia, saúde” (RODRIGUES, 2005, p.53). Na década de 90, o marco mais emblemático, resultado de décadas de congressos, encontros e discussões, está:

diretamente ligado ao início da luta pelas ações afirmativas para negros no Brasil e ocorrido em meio às transformações pelas quais o movimento negro passava naquele período, foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi. Essa Marcha levou a Brasília ativistas do movimento negro, do movimento de mulheres negras, de sindicatos e de comunidades negras rurais, que entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento com uma série de proposições “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.” No mesmo dia foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) (PEREIRA, 2010)

Como as principais lideranças do movimento estavam próximas aos partidos de esquerda da época, as articulações para a marcha foram facilitadas, mostrando um amadurecimento do MNU, que pautava agora “palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as condições de vida da nossa gente”, como bem colocou Sueli Carneiro (PEREIRA, 2010, p.238). Um dos principais eixos foi e continua sendo a educação. Uma vez que

A escola é apontada como ambiente indiferente aos problemas enfrentados pela criança negra e à particularidade cultural dessas crianças, ao transmitir acriticamente conteúdos que folclorizam a produção cultural da população negra, valorizando uma homogeneidade construída a partir de um mito. (...) A partir da situação diagnosticada, o movimento negro passou a exigir do sistema educacional formal o reconhecimento e valorização da história dos descendentes de africanos, o respeito à diversidade, identificando na educação a possibilidade de se construir uma identidade negra positiva (RODRIGUES, 2005, p.45)

Partindo disso, nasceram propostas concretas sobre a inserção do ensino de História da África e História do Negro nas bases comuns curriculares (RODRIGUES, 2005, p.48).

Ainda na década de 90, o movimento sofreu uma reorganização, em um processo batizado de “onguização”. Essas organizações tradicionais ou de base se dão de maneira mais institucional, com funcionários-militantes (PEREIRA, 2010, p.234). Já no século XXI, especialmente nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), o MNU

ganhou proeminência pela pauta das ações afirmativas para negros nas instituições de ensino público, catapultado pela polêmica midiática e social sobre o assunto (RODRIGUES, 2005, p.1). Nos anos 2000, o MNB se faz presente no Congresso Nacional e em protestos sociais.

Com essa rápida apresentação de aspectos escanteados pela historiografia nacional, foi possível compreender de maneira breve os reflexos do movimento negro brasileiro na solidificação de direitos da população afrodescendente em âmbito nacional. É importante destacar o histórico do grupo que levou até sua presença nos poderes constituinte da Constituição Federal de 1988, ao promover a bandeira antirracista e dos direitos humanos e o corte de laços diplomáticos com países segregacionistas. Dessa forma, o MNB se fez presente no núcleo das diretrizes da política externa brasileira e a consequente visão do país do comportamento das relações internacionais.

3.3. A resistência antiapartheid

O regime do Apartheid na África do Sul se desenhou por toda a primeira metade do século XX, com leis e diretrizes que objetivavam separar a população branca e negra em praticamente todas as esferas de suas vidas (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015, p. 179). Segundo Fonseca (2014), o Apartheid se inicia oficialmente com a vitória eleitoral de Daniel François Malan do Partido Nacional (PN) em 1948. Uma ação paradigmática do Estado para se entender a organização segregacionista do país é a Lei de Registro da População (1950), na qual todas as pessoas nascidas no país eram categorizadas entre brancas, negras ou mestiças. A partir dessa identificação, tudo na vida desse sul-africano ou sul-africana estava decidido: onde poderia ir, onde e o que poderia estudar, com quem poderia se casar, quais direitos políticos ele ou ela teriam acesso e quais leis específicas deveria seguir. Na prática, o que se verifica é que essa organização facilitou o controle do país sobre a população²³ (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015, p. 179).

A partir dessa categorização em 1953 se logrou o *Native Labour Act* no qual se separou oficialmente regiões brancas e negras na formação de “*black states*” (estados negros, em tradução livre), também chamados de bantustões ou *homelands* (PACHECO, 2018, p.82.). Nele, 10 estados ficaram para a população negra e 01 para a população branca. Nesse

²³ A tentativa de organizar melhor os grupos raciais era um projeto de muitos anos da burocracia do país, verificadas desde a colonização holandesa tentativas sucessivas de atingir isso. A própria Lei sobre a Imoralidade de 1927 (que foi resgatada e atualizada em 1956) criminalizava as relações heterossexuais entre raças diferentes pois acreditava-se que o “povo escolhido” não deveria se misturar com outros povos, como constava na bíblia. Seguindo nessa mesma lógica, em 1949 foi promulgada a Lei de Proibição dos Casamentos Mistos, proibindo as relações entre africanos e europeus, e entre europeus e os mestiços (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015, p. 179).

esquema, os 10 bantustões eram subordinados politicamente à divisão branca (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015, p. 179). É importante observar que nesse momento os negros e mestiços constituíam em média 75% da população e tiveram direito apenas a 7% das terras, em sua maioria, pouco férteis, e os brancos (em média 15% da população) 93% das terras, produtivas e ricas²⁴. Nos territórios negros, a agricultura era basicamente inviável devido à erosão do solo e excesso de pastagem, e por questões de subsistência a população negra era impelida a deixar suas regiões de residência para trabalhar para a elite branca, nas minas de ouro e diamante, na agricultura e nas indústrias (PACHECO, 2018, p.82).

Neste sentido, Frantz Fanon assegura que “O branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação” (1952, p.117). Com o objetivo de justificar a divisão, o governo defendia que organizar a população nesses moldes seria uma estratégia de “desenvolvimento separado”²⁵ (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015, p. 179). Sobre esse tópico no artigo “Direitos humanos na África do Sul: Entre o Apartheid e o Neoliberalismo”, Danilo Ferreira da Fonseca (2014, p.25) elucida:

Ao dar uma falsa autonomia para os Bantustões e transformar a sua própria população negra em uma população estrangeira, o Estado sul-africano retirava todos os direitos destes seres humanos para buscar uma absurda legitimidade e ampliar ao máximo a exploração do trabalho e também a repressão à população, perseguindo políticos opositores e realizando punições coletivas frente a população negra.

Na prática, o que o Partido Nacional fez “foi agregar múltiplas leis dispersas de segregação (...) que já existiam, dando uma forma conjunta e aprofundando de modo cruel o projeto segregacionista” (FONSECA, 2014, p.20), orientado pelo tripé raça, economia e política (PACHECO, 2018, p.66). Esse caráter partidário-legislativo do regime garantiu também que organizações de oposição não pudessem se organizar. Todas os grupos que adotassem tom político eram perseguidos e fechados, os partidos negros eram proibidos e não existia direito ao voto, assim como a própria visão de coletividade era considerada subversiva e comunista. Logicamente, o Partido Comunista também foi extinto. A lei também baniu os sindicatos negros - as únicas representações trabalhistas legais eram as alinhadas com o governo (FONSECA, 2014, p.20, p.21). O Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva (2008, p. 46) chama atenção que o processo de institucionalização do regime acompanhou um modelo político alinhado aos preceitos da civilização ocidental e cristã. Esse movimento só

²⁴ Essa divisão não era novidade, pois desde 1913 sob o *Natives Land Act* já existia o desenho dessa separação (FONSECA, 2014, p.21)

²⁵ Essas divisões existiram constitucionalmente até 27 de abril de 1994 (PACHECO, 2018, p.82 apud SAHO, 2011, s/p).

foi possível, segundo ele, pela harmonização da ideologia da elite norte-americana e europeia com a elite política local, galgada no racismo e nos interesses financeiros.

Infelizmente, ainda hoje uma parte significativa da população vive em condições precárias. Mesmo com respaldo legal e constitucional, as sequelas do regime de apartheid se mantêm, em especial sobre o acesso dessa população a serviços de “saúde, educação, moradia e segurança, além da repressão existente por parte do Estado e da polícia sul-africana” que replica práticas racistas, que foi a regra por décadas (FONSECA, 2014, p.30).

Assim como no Partido dos Panteras Negras e no Movimento Negro Brasileiro, as mulheres foram vanguarda na resistência do caso sul-africano. Winnie Madikizela-Mandela, por exemplo, foi uma mulher, negra, assistente social e enfermeira sul-africana e importantíssima militante da causa. Madikizela-Mandela era filiada ao ANC (African National Congress ou Congresso Nacional Africano, partido sul-africano), membra do Comitê Executivo Nacional do partido, fundadora e presidente da Liga Nacional das Mulheres e Ministra das Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia da África do Sul (PACHECO, 2018, p.91). Entender a atuação de Winnie é essencial para a retomada do papel das mulheres na luta contra o racismo e contra o regime sul-africano. Como tantas outras mulheres, Winnie teve seu papel diminuído nas narrativas históricas. No caso dela, por ter sido retratada mais como a esposa de Nelson Mandela do que como a assídua militante que foi (PACHECO, 2018, p.91), inclusive no bairro negro do Harlem da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, ela é conhecida como a “rainha da África” e no seu país natal como a “Mãe da Nação” (THE GUARDIAN. 2018).

Deixando adjetivos maternos de lado, a ativista atuou durante toda o encarceramento de seu cônjuge por sua libertação e pela libertação do povo negro com uma posição de enfrentamento muito clara. Entretanto, pouco tempo depois da soltura de Nelson, o casal Mandela não ficou muito tempo junto. Biógrafos do casal acreditam que um ponto de inflexão inegociável foi porque o futuro presidente adotava um comportamento muito conciliatório com o antigo governo e antigos opressores, inclusive defendendo o perdão para a classe que sustentou o regime, enquanto Winnie acreditava que o caminho para a emancipação dos sul-africanos negros era outro, o da luta armada, sintonizada com os preceitos dos Panteras Negras. Seu histórico e sua visão a fizeram ser retratada como uma mulher amarga, violenta e não-civilizada²⁶ (THE GUARDIAN, 2018). Apesar de vigilâncias, perseguições, prisões e

²⁶ A ativista foi encarcerada diversas vezes, e em depoimento para o documentário Winnie (2017), ela compartilha sua visão de que todas as prisões e isolamentos políticos que sofreu sob a desculpa de ser uma “terrorista” ou por estar causando “agitação social” tinham o mesmo objetivo da prisão de seu cônjuge: o

terror psicológico que o Apartheid causou a ela, a ativista foi uma resiliente mulher que sobreviveu e venceu, contra todas as chances e órgãos repressivos, papel paradigmático a tantas outras mulheres anônimas que foram tão importantes quanto Nelson Mandela e Desmond Tutu.

No Brasil, os meios de comunicação em massa são citados por diferentes entrevistados na tese de Pereira (2010) a principal via de acesso à informação e tomada de consciência sobre a situação dos povos negros em outros lugares do mundo, em especial o sul-africano. Sendo assim, a imprensa teve um papel central na “construção e difusão de um repertório discursivo” sobre o Apartheid, lembrando também que a imprensa é “um dos principais veículos utilizados pelas classes hegemônicas para estabelecer, reproduzir e consolidar sua supremacia na sociedade” (PACHECO, 2018, p.17 apud CARVALHO, 2011). O trabalho da historiadora Ana Júlia Pacheco se propôs a analisar essa construção através das edições de diversos jornais e revistas do país entre 1968 e 1985, em especial o periódico mais vendido na época e atualmente, a revista *Veja* - e todos suas 946 matérias sobre o assunto. Essa “revistas de circulação nacional [são] parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo”, tanto pela parte pedagógica e científica como a compreensão do papel do Estado sobre populações segregadas, oficialmente ou não, e o lugar delas na participação da vida política de uma sociedade (PACHECO, 2018, p.28, p.29, p.34).

Importante também, reconhecer o alinhamento inicial entre o governo brasileiro, na época sob um regime militar, e o governo do Apartheid, tanto em comportamento repressivos dos dois países quanto na inserção internacional dos países em um contexto de Guerra Fria, pois mesmo não sendo democracias, as nações não eram deslocadas da realidade polarizada do sistema, ambos escolhendo o lado estadunidense e adotando um objetivo comum da luta anticomunista. Compartilhavam, por exemplo, projetos nacionais-desenvolvimentistas

esquecimento e a retirada do seu poder de articulação. Nas últimas décadas, a militante se envolveu em polêmicas envolvendo crimes de corrupção e desvio de dinheiro, que vieram a somar ao retrato popular e midiático dela, escanteando sua contribuição e de outras mulheres que formavam seu grupo político durante a resistência ao apartheid. A jornalista do *The Guardian*, Afua Hirsch (2018), afirma que Winnie foi uma heroína e que se ela fosse branca, não pairariam dúvidas sobre isso. Uma vez que a ação pacífica de dentro pra fora, segundo a jornalista, não obteve o mesmo resultado e pressão que os grupos revolucionários associados ao comportamento de Mandikizela-Mandela tiveram, é necessário que se elucide que ela fez o que precisava fazer em um contexto de total injustiça - e que ela estava disposta a doar a própria vida por isso (THE GUARDIAN, 2018). Além disso, fica claro que seu envolvimento foi por convicção, sem almejar necessariamente um “lugar ao sol”, corroborado por esse trecho de sua carta para Nelson, de 2 de julho de 1970: “I am aware that my own infinitesimal contribution to the cause of my people will perhaps be worth one incomplete sentence in the books of the history of our country but even that is enough for me so long as it shall not be washed down the gutter of time. I know that when I get what I am getting for I will get it forever and those who cling desperately to it swimming against the tide, fear losing it forever.”

semelhantes e lugar de proeminência no Atlântico Sul (PACHECO, 2018, p.42 apud FONSECA, 1998). Esse alinhamento seguiu até 1970, quando o Brasil sofreu pressões de 15 nações para interromper relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul, caso contrário o país sul-americano sofreria boicote no fornecimento de petróleo. O Brasil relutou, pois de todo o comércio exterior com o continente africano, 70% era destinado à África do Sul (PACHECO, 2018, p. 59 apud SCHLICKMANN, 2017, p.4) mas no final acabou cedendo.

Dois anos depois desse impedimento comercial, Hilgard Mullard, Chanceler sul-africano, visitou o país tentando reforçar os opacos laços entre os países, com a objetivo principal de fazer com que a legação²⁷ do Brasil em Pretória subisse ao status de embaixada. Os dois casos foram retratados nos veículos de comunicação estritamente sob a ótica econômica apresentando as vantagens e desvantagens que a aproximação com o regime poderia trazer (PACHECO, 2018, p. 60).

Quando os impressos escolhiam falar sobre as populações nativas do país, o retrato mais comum era de um povo com uma unidade cultural, que vivia primitivamente antes da invasão dos colonizadores. Esse tipo de construção narrativa servia até mesmo para amenizar a gravidade da estrutura do Apartheid, pois permitia retratar os atos violentos como ato de um vilão, de um só governante, como Balthazar Johannes Vorster (primeiro-ministro entre 1966 e 1978), e não de uma estrutura desenhada pela população branca e poderosa do país. O que se construía aos leitores e leitoras brasileiros é que toda a África seria uma região de dor, morte e sofrimento, na qual seus habitantes eram tribais e incapazes de resolver seus próprios problemas, necessitando de tutela de estruturas rígidas que a levem a um lugar melhor. Inclusive, quando os movimentos anti-apartheid domésticos conseguiam organizar algum ato ou atentado contra o regime repressivo, eram mostrados nas páginas dos periódicos como “rebeldes” comprometidos com causar “distúrbios raciais”, ameaças à estabilidade do país (PACHECO, 2018, p.68, p.80, p.83, p.103).

Resumidamente,

A Veja tentava mostrar que o Apartheid era “problema da maioria negra”, “congregando toda uma diversidade de populações a um bloco único e homogêneo, carregada de valores e percepções coloniais sobre os africanos, e junto a isso, atrela os bantustões enquanto solução viável do suposto problema, que caracteriza a população, logo a política racista do Apartheid é a legítima solução da África do Sul. (PACHECO, 2018, p.80)

²⁷ Representação diplomática, inferior à embaixada, que um Estado soberano mantém em um Estado estrangeiro, chefiada por enviado extraordinário e ministro plenipotenciário ou ministro residente, ou encarregado de negócios efetivos (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis).

Dessa maneira, se mistificavam e se obscureciam os interesses financeiros e racistas do regime, deixando de lado a herança do colonialismo e do imperialismo no país e alimentando uma realidade inverídica da distância da civilização da nação com o resto do mundo, os retratando basicamente como incapazes de se inserirem no mundo moderno. As imagens também teciam conexões entre cor e violência, miséria e negritude. Ou seja, o racismo se replicava nas palavras e nas imagens (PACHECO, 2018, p.81, p.103).

Em 1976 ocorreu o “Levante de Soweto”, manifestação que eclodiu pela decisão arbitrária do governo de ensinar em todas as escolas o africâner e o inglês, suprimindo as línguas e dialetos locais. Nele, 10 mil estudantes foram para as ruas e 23 foram mortos pelos policiais sob comando de Pretória (PACHECO, 2018, p.79). A mudança arbitrária e a expressiva inconformidade da população podem ser exemplificadas em Fanon (1952, p.33), pois a linguagem é aspecto constitutivo da identidade, e “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”.

Depois dessa manifestação, a articulação internacional liderada pelos Estados Unidos com a influência da ONU causou uma reorganização das forças produtivas e financeiras até então ainda presentes no território sul-africano. Com a evasão de 350 empresas da África do Sul e a ascensão da agenda dos direitos humanos, a revista *Veja* e outros jornais como *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* começaram a trazer novas visões além da econômica para suas matérias, empurrados pela transnacionalização do tema e sensibilizados pela repressão aos ativistas brancos anti-apartheid (PACHECO, 2018, p.93, p.107).

De maneira geral,

Buscando estabelecer constante diálogo com alguns setores da sociedade e ao mesmo tempo participar de empreendimentos governamentais e privados, a revista optou por um olhar capitalista, liberal, colonial e ocidental, congregando um conjunto de valores e crenças construídos e desenvolvidos nacionalmente, emaranhado em suas narrativas compreendidas em notícias, artigos e matérias a respeito não tão somente a África do Sul, mas igualmente a situação e dos países da África Austral, e as próprias populações africanas no geral. (PACHECO, 2018, p.132)

A importância de compreender quais informações chegavam para a população brasileira é gigantesca, porque quase a totalidade da população do país não tinha acesso a narrativas negras, sendo elas produzidas pelo movimento negro brasileiro em ascensão ou pelas cartilhas revolucionárias do movimento por libertação anticolonial. Esse argumento é corroborado na obra “Memória e Identidade Social (1992)” de Pollak no qual “As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.”. Ou seja, se

algo é retratado como um problema, as pessoas o tratam como tal, caso o contrário, não. Adicionando a visão de um autor negro ao tópico, afirma Fanon no capítulo “O preto e a psicopatologia” que “o inconsciente coletivo é cultural, ou seja, adquirido” (1952, p.160). E continua falando que nessa construção mental do que ele chama de “homo occidentalis”, “o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome” (1953, p.161), concepção causada por uma imposição cultural irrefletida e inverossímil.

O Movimento Negro Unificado, relata Gilberto Leal (hoje diretor da Coordenação Nacional das Entidades Negras, CONEN), tinha na luta anti-apartheid uma forte pauta aglutinadora. Mesmo com poucas informações, o florescimento de grupos de estudo sobre a questão racial e a situação dos negros pelo mundo permitia informar os militantes (que se inspiravam a organizar passeatas e atos na tentativa de pressionar o Estado brasileiro) a tomar medidas mais incisivas no caminho do isolamento do regime. Inclusive, um grupo foi preso pelo regime militar ao invadir e fechar uma empresa de viagens que vendia pacotes de turismo para a África do Sul (PEREIRA, 2010, p.169, 170, 178).

O reforço que a narrativa anti-apartheid teve no movimento negro brasileiro, a influência dos Panteras Negras no engajamento contra o racismo, corrobora a ideia do reforço tripartite dos movimentos, tanto de figuras pessoais quanto das ideias, das ferramentas de análise e da reinterpretação do papel dos negros e negras nessas sociedades. As trocas a nível internacional serão analisadas no próximo capítulo.

4 AS RELAÇÕES ENTRE OS PANTERAS NEGRAS, O MOVIMENTO NEGRO E A MILITÂNCIA ANTI-APARTHEID

O capítulo final desta monografia se propõe a apresentar as relações entre os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiparththeid e seu caráter internacional. No capítulo anterior os temas foram apresentados separadamente para que nesta seção os atores citados e as características dos grupos já estejam postos, para que o texto possa construir uma lógica dos acontecimentos de maneira fluida. A escolha por essa organização se dá pelo compartilhamento do entendimento de Hanchard (2002) sobre o transnacionalismo negro, que aponta a importância de se pensar os movimentos antirracistas como reflexos da política internacional costurada conjuntamente, e não como unidades fechadas nos respectivos Estados-nação, de forma a se enxergar a “faceta integral de uma comunidade multinacional, multilíngüe, ideológica e culturalmente plural”.

Especialmente sobre a situação do preconceito nos Estados Unidos e no Brasil, o trabalho “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” escrito em 2006 por Oracy Nogueira é essencial para se entender os comportamentos das duas sociedades. O autor versa na página 10 sobre a discriminação estadunidense da seguinte forma, batizando-a de “preconceito de origem”. Segundo ele,

Nos Estados Unidos, o preconceito tende a ser antes emocional e irracional que intelectual e estético, assumindo o caráter de antagonismo ou ódio intergrupar. Por isso mesmo, suas manifestações são mais conscientes, tomando a forma de exclusão ou segregação intencional da população negra, em relação aos mais diversos aspectos da vida social – segregação ocupacional, residencial, escolar, em instituições religiosas, culturais, recreativas e de assistência social e sanitária, em logradouros públicos, veículos e outros recintos de acesso público. Desse modo, o preconceito perturba profundamente o raciocínio, comprometendo o julgamento de pessoas de cor ou de atos atribuídos a pessoas de cor, por parte dos brancos

Já no Brasil, ele acredita ser um “preconceito de marca”, no qual a situação estrutural não é enrijecida e segregacionista, compondo uma sociedade que

um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor, em geral, e, ao mesmo tempo, ser amigo particular, cliente ou admirador de determinada pessoa de cor, sem que isso cause espécie ou implique uma mudança de atitude ou de conceito das demais pessoas em relação a ele, pois que não envolve uma redefinição de atitude ou de ponto de vista de sua parte (NOGUEIRA, 2006, p.11).

Especificamente sobre o tipo de luta travado nessas realidades, corroborada por evidências históricas, ele defende que onde o preconceito é de marca “a luta do grupo

discriminado tende a se confundir com a luta de classes; onde é de origem, o grupo discriminado atua como uma “minoría nacional” coesa e, portanto, capaz e propensa à ação conjugada” (NOGUEIRA, 2007, p.17). Com essas breves definições jogando luz sobre o tema, é possível encaixar também a situação dos negros da África do Sul na primeira classificação, com o agravamento de um regime forte e ditatorial.

Além disso, a população das três localidades passou por fases semelhantes de rejeição de sua herança, reivindicações para a entrada no sistema liberal da sociedade de consumo e do acesso à direitos básicos, chegando a um nível de tensionamento o qual coagiu esses grupos a se organizarem, dentro das suas realidades e demandas mais urgentes, em grupos de vanguarda que pautaram de maneira indiscutível pautas sociais questionadoras do status quo (BRAGA, 2011, p.139). Paralelamente, a relação da Organização das Nações Unidas (ONU) se comportou de forma diferente com cada um dos movimentos, principalmente por causa da sua composição e criação nos moldes tradicionais dos poderes sistêmicos, destacando-se a semelhança do órgão com valores ocidentais, capitalistas e, sobretudo, estadunidenses.

De encontro com o objetivo deste capítulo, Pereira (2008, p.5) apresenta que, “um importante elemento, que deve ser levado em consideração nas análises sobre a formação dos diferentes movimentos sociais, são as informações e referenciais que chegam até os militantes através dos meios de comunicação”, e essa visão é especialmente relevante para os movimentos antirracistas mundiais que abriram esse canal de comunicação através de jornais escritos por negros e para negros, desempenhando um “papel importante para a circulação de informações, ideias e referenciais para a luta contra o racismo no Brasil e em outras partes do planeta”, inclusive foi em um periódico desse nicho que o termo “Movimento Negro” apareceu pela primeira vez, em 1934.

Exemplos do início do século XX são o do jornal paulista “O Clarim d’Alvorada” e do estadunidense “*Chicago Defender*” (que chegou a ser o impresso mais circulado nos Estados Unidos de propriedade negra) - Robert Sengstacke Abbott era seu proprietário e editor, e a partir de uma viagem de três meses pela América do Sul no começo da década de 1920 entrou em contato com a publicação brasileira iniciando um intercâmbio de edições e de informações sobre a realidade da população afro em seu país. Inspirado por ele, o periódico do Brasil desenvolveu uma seção chamada “O Mundo Negro”, com matérias originais focadas na realidade dos povos negros no mundo. Essa relação foi tão frutífera que Abbot começou a encarar as informações que ele recebia sobre a sociedade brasileira e a situação do negro no país como ideal para levar a cabo um projeto de imigração de negros norte-americanos para o Brasil, por entender que não havendo segregação legal como nos EUA, a ascensão dos negros

seria facilitada. Apesar dos editoriais no Chicago terem entusiasmado leitores estadunidenses o plano não avançou, parte pela postura do governo brasileiro que negava vistos para os que tentavam migrar, pois estava em voga a política de embranquecimento da população, a qual criava barreiras aos afrodescentes e incentivava imigrações europeias, com destaque aos italianos e alemães (PEREIRA, 2008, p.5).

Nos anos 1940, o destaque foi o jornal Quilombo, fundado por Abdias Nascimento que também apresentava esse caráter de intercâmbio com outros pensadores negros, nesse caso com a intelectualidade francesa, em especial com o contato entre Nascimento e o senegalês Alioune Diop, ativista e editor do “*Présence Africaine*”. Nesse meio, a leitura de Aimé Césaire sobre o colonialismo e a exploração do continente africano era frequente, abrindo uma importante via do conhecimento dos negros brasileiros sobre a luta internacional contra o racismo. Esse grupo, em contato com notícias e embasados em Césaire, foi pioneiro em denunciar o regime do Apartheid na África do Sul e nos Estados Unidos. Os braços dessa rede se fortaleceram tanto que em 1958 a Associação Cultural do Negro, organização que os editores brasileiros participavam, promoveram um protesto contra esses regimes, resultando na “criação de contatos entre a associação e a principal organização na luta pela libertação do colonialismo português em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola [MPLA]” (PEREIRA, 2008, p.91). O MPLA tinha como ideologia o marxismo-leninismo, assim como os Panteras Negras. É importante recapitular esse fio: uma importante vertente do movimento negro brasileiro foi vanguarda em organizar atos contrários a segregação estadunidense e sul-africana, aproximando-a de um movimento recente na África, que adotava a mesma ideologia que os Panteras Negras viriam a se basear apenas 4 anos depois (BLOOM; MARTIN, 2013, p.315).

Em 1977, também com o ímpeto inicial partindo de brasileiros, foi fundado no Rio de Janeiro a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), partindo de um sentimento de investigação do continente com olhares brasileiros. Neste local se aglomeravam livros, estudos e debates sobre o que acontecia pelo planeta, vinculando esse material em texto jornalístico. No relato de um dos idealizadores do projeto, Amauri Mendes Pereira, encontra-se com clareza e objetividade os referenciais utilizados por essa importante organização do Movimento Negro Brasileiro (PEREIRA, 2010, p.143):

Eu fiquei muito impressionado com a morte do Luther King, com os Panteras Negras, aquilo me galvanizou. Eu acompanhava tudo, ponto por ponto: Muhammad Ali era Cassius Clay; a Angela Davis, que saltou do tribunal para fugir; o julgamento e a luta dos Panteras Negras; os assassinatos... (...) Entre esses [livros] tinha o Alma no exílio, de Eldridge Cleaver, e Os condenados da terra, de Frantz Fanon. Eu comecei a ler “Alma no exílio”, que foi a experiência do Cleaver, que era

uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois “entrei” no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade: “a violência como a parteira da História.” O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara. Porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América, e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Tinha todo um folclore de que, na ditadura, quem vivia com livros, tinha que ler encobrindo os nomes, olhando para os lados. Havia todo um temor.

A experiência tão vívida e definidora de um dos fundadores é essencial para o entendimento de todo este trabalho, e apresenta grande semelhança com os relatos de seus pares de militância nessa segunda metade do século XX. Fruto desse tempo, o

jornal Sinba tinha como característica um cunho de crítica social ao transcrever textos e falas de intelectuais e pensadores africanos. É desta ordem que se pode creditar àquele periódico a popularização, no seio do movimento social negro, de conceitos e teorias de cientistas do porte de Frantz Fanon e de ideólogos como Agostinho Neto. Quebrava-se a distância conceitual e geográfica, aproximando idéias e teoria do/sobre o continente africano com aquelas produzidas no Brasil. As reportagens dispostas em pequenas e breves colunas, escritas em linguagem coloquial, permitiam uma leitura fácil e ágil (PEREIRA, 2010)

Dentro do grupo produtor de conteúdo da Sociedade, se encontrava tanto negros mais próximos à visão intelectual dos liberais estadunidenses - que buscavam desenvolver uma burguesia econômica afrodescendente no Brasil - quanto um grupo advindo das alas de esquerda e de resistência ao regime ditatorial que olhava com admiração as revoluções na África, em especial aos países lusófonos. Uma dificuldade encontrada pelo grupo foi de como estender esse conhecimento e essa luta para a população em geral, pois a própria alfabetização da população afro-brasileira era improfícua. Em espaços universitários e de reuniões comunitárias até conseguiam relativo sucesso em passar o conhecimento, através de uma comunicação que ilustrava como a estrutura racista do mundo os mantinha naquela situação, trazendo a teoria para o dia-a-dia dos oprimidos. (PEREIRA, 2010, p. 178, p.186, p.189, p.201). Esse é um ponto de diferença entre a capilarização do MNB e dos Panteras Negras, mesmo com uma carta de princípios, o primeiro não desenvolvia um trabalho de base intenso e pragmático, pelos motivos previamente explicados e pela perseguição dos aparatos repressivos brasileiros (SILVA, 2013, p.5), os estadunidenses desenvolviam os planos dentro do *Serve The People* e dos mandamentos dos Panteras Negras, aproximando a pauta da necessidade, desenvolvendo uma consciência racial de maneira ativa, engajando a população (BLACK PANTHER PARTY, 2015) e gerando uma ideia de comunhão, uma vez que as

atividades conjuntas e diárias estabeleciam um sentimento de grupo e construía pontes entre a demanda, a teoria, a prática e o Partido (BLOOM;MARTIN, 2013, p.12).

Sobre esse assunto o jornal *Versus*, que circulou entre 1977 e 1979, partia do mesmo referencial ideológico dos Panteras, e em seus artigos compartilhava análises sob o escopo marxista-leninista, gerando eco dentro do Brasil, pois conclamava ao Movimento Negro Brasileiro a construção de uma guerra revolucionária pelo fim do racismo e capitalismo, nos moldes em curso dos países africano (DOMINGUES, 2007, p.113). Há evidências que

as posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “Afro-Latino América” foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral: Pela primeira vez no Brasil a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e, na verdade, passou a suplantar os modelos conformista e assimilacionista como postura dominante do movimento negro

Irradiava desta mesma ideia o incentivo à formação de “Centros de Luta” e a organização visceral “nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas, a fim de organizar a peleja contra a opressão racial, a violência policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra.”, ideias absorvidas pelos militantes que reinterpretaram essas demandas para o cenário brasileiro (DOMINGUES, 2007, p.114).

É interessante perceber que além da práxis política, o tópico da estética é frequente quando se analisa as trocas entre os movimentos negros. A própria ideia de beleza e da retomada de autoestima da população negra é constante nas histórias dos participantes do movimento. Mundinha Araújo, compartilha em entrevista sobre suas inspirações estéticas, em especial Angela Davis: “Quando eu vi aquela mulher com aquele cabelo natural imenso, e os Jackson Five, aquela família todinha, aí eu me encantei. Eu disse: ‘Ah, eu vou deixar meu cabelo ficar assim!”, relatava a militante, orgulhosa de sua identidade racial (PEREIRA, 2010, p.201). Anani Dzidzienyo, um cientista político ganês radicado nos Estados Unidos e um dos primeiros “afro-brasilianistas” da academia (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999), “revelou o quanto o futebol e as seleções brasileiras de 1958 e 1970, ambas com vários negros, foram importantes para que ele inclusive optasse por conhecer e estudar o Brasil anos mais tarde”, grande parte porque o jogador Pelé representava uma excelência técnica no esporte e o time conseguia transmitir a ideia de um país negro e vencedor. No final dos anos 1970, Dzidzienyo se tornou professor da Brown University e levou Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Carlos Alberto Medeiros entre outros à instituição para mostrarem “suas perspectivas sobre as relações raciais e sobre o movimento negro no Brasil”. Nascimento, em especial, já vivia lá

exilado, e exercia uma certa evidência por ter organizado os Congressos da Cultura Negra das Américas em 1977 (futuramente em outras edições - 1980, 1982 e 1984) (PEREIRA, 2010, p.110, p.149).

Diferentemente do retrato feito para a situação africana, a articulação pelos direitos civis nos Estados Unidos gerava grande cobertura da mídia brasileira, inclusive no importante protesto do dia da “inauguração” do MNB contra o racismo, a Folha de São Paulo (1978, p.9) descreveu que os manifestantes mantiveram por diversas vezes “O braço direito esticado e a mão fechada, gesto característico do movimento americano ‘Black Power’” (PEREIRA, 2010, p.192). Esse dia contou com a participação de 20 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, e é importante adicionar que estavam presentes pares de luta da Argentina, dos Estados Unidos, da Guiné-Bissau e de outros países africanos, apontamento real de que nível a articulação através das comunicações via Sinba e outros grupos atingiu para construir o movimento, exigindo de maneira contundente pela

desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p.114)

Por outro lado, a admiração pelos movimentos revolucionários, grupos armados das guerras de libertação da África e pelo Partido dos Panteras Negras paralelamente a uma aproximação com grupos que esperavam melhorar o sistema por dentro dele, como o Congresso Nacional Africano (de Nelson Mandela) e os liberais estadunidenses, deixava o movimento confuso e heterogêneo. As referências estavam vindo de todos os lados depois que os canais de comunicação foram aperfeiçoados, era necessário então, discutir o modo brasileiro de enfrentar o problema, o que causou conflitos internos.

Esse fluxo não vinha somente da América do Norte para a América do Sul, como também apresentado no primeiro capítulo, Huey Newton e os outros membros do PPN bebiam de fontes brasileiras para o estudo e ação do seu grupo: os livros de Carlos Marighella, a música afrobrasileira e os encontros na África, como no Festival Cultural Pan-Africano e as leituras sobre o Brasil nos jornais negros (BLOOM; MARTIN, 2013).

Especificamente no caso da relação do Movimento Negro Brasileiro contra o apartheid da África do Sul, entrevistas de militantes apontam que apesar da carência de livros e notícias mais fidedignas (pois a grande mídia construía uma narrativa muito específica sobre a

realidade sul-africana, como discutido no capítulo anterior) o tema se consolidou como um ponto de convergência de todos os grupos raciais negros do país. Olhando para a ditadura do Partido Nacional aparteísta, os brasileiros conseguiam analisar para a própria realidade ditatorial do país e traçar paralelos da situação dos negros nos dois Estados, principalmente os ativistas mais engajados em temas sociais que eram presos e torturados por seus respectivos aparatos repressivos. Braga (2011, p.241) aponta “a interessante contradição entre a idealização da democracia racial que permeia a formação da identidade nacional brasileira no século XX e a ideologia de separação total das raças, posta em prática pelos africanos na África do Sul”. Nesse eixo temático, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) funcionou de maneira semelhante ao Sinba, pois o canal de comunicação era mais direto com os pares sul-africanos. Se na ponte Brasil-Estados Unidos o MNB conseguiu construir desde o caso Chicago Defender/O Clarim d’Alvorada uma comunicação razoável com o tempo, o mesmo não aconteceu com os militantes antiapartheid entre 1960 e 1970. Além do mais, aqui no Brasil o posicionamento antissegregação foi setorizado e quase que exclusiva ao movimento negro, na academia e no setor de esportes antes da reinstauração democrática (PEREIRA, 2010, p.169).

Em 1980, representantes da ONU vieram ao Brasil e se aproximaram de membros do Movimento Negro e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes no intuito de criar um comitê antiapartheid, consolidando um canal informacional da sociedade civil brasileira com a Organização sobre o tema. A parte de desenvolvimento de pesquisas era desenvolvida nas Universidades e nos centros culturais, e estes trabalhos conseguiram atrair investimentos internacionais, de órgãos das Nações Unidas e da Fundação Rockefeller, uma vez que o engajamento de grande parte países ocidentais no tema já estava muito mais desenvolvido e com possibilidades de expandir seus esforços transnacionalmente. No âmbito doméstico havia um clamor de maior participação social em várias esferas públicas pois ainda se estava no período ditatorial com mecanismos de participação popular em funcionamento quase impenetráveis, e essa foi a maneira mais prática que os grupos civis antiapartheid internos encontraram para acompanhar a política externa brasileira e tentar influenciá-la. Esses recursos tinham como objetivo o fomento de uma intelectualidade capaz de passar um olhar sul-americano sobre essas questões. Braga (2011, p.246) assegura que:

O primeiro ato desse plano de ação foi a criação de uma entidade voltada para os estudos, pesquisa e serviços no campo das RI, o Instituto Unificado de Relações Internacionais (IURI), o qual abrigou um novo centro de pesquisa para estudos africanos, o Instituto de Estudos Africanos (INEAFRIC), para promover e

disseminar informações sobre a luta antiapartheid na África do Sul e Namíbia. O IURI/INEAFRIC cooperou com o Centro de Informações da ONU²⁸ no Rio de Janeiro (UNIC), estabeleceu contatos com as representações do ANC em Bonn, Lusaka e Luanda, com o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e Comissão Especial contra o Apartheid. Um espectro crescente de organizações antiapartheid no Brasil iniciou contato com o IURI/INEAFRIC, especialmente organizações do movimento negro. A principal temática abordada nos estudos do IURI/INEAFRIC foi o racismo no Brasil e na África do Sul.

O resultado dessa efervescência intelectual sobre o tema no Rio de Janeiro e o movimento de aproximação dos membros do Movimento Negro com as grupos eleitorais levou à articulação dos recém criados partidos políticos brasileiros com o tema, tanto que quando Leonel Brizola ocupava o cargo de governador do estado, Winnie Madikizela-Mandela e Nelson Mandela viajaram à América do Sul e, no Brasil, ele foi condecorado como Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário do município do Rio de Janeiro logo após sua soltura (BRAGA, 2011, p.250). Nessa visita, em 1991, ele veio da África do Sul em um avião da Força Aérea Brasileira, incluindo no roteiro paradas na capital carioca, em Salvador e em Brasília. No distrito federal, ele foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco por Fernando Henrique Cardoso, presidente na época. Nesse encontro, ele relatou que as vozes e forças vindas do Brasil foram muito importantes para ele nos anos de cárcere (JORNAL DA GLOBO, 2013).

A intersecção do movimento negro brasileiro com o governo federal em especial sobre o desenho da Constituição de 1988 foi apresentado no capítulo anterior, na qual a principal bandeira levantada foi a dos direitos humanos (artigo 4º, II) e inclusão do repúdio ao racismo (artigo 4º, VIII) como sustentáculo do documento e, conseqüentemente, norte das relações internacionais do país, usada como técnica para se reintegrar de maneira digna ao sistema global (SILVA, 2011, p.26). Inclusive, esse núcleo carioca organizado cobrou “proposta de política externa antiapartheid dos candidatos à presidência das eleições brasileiras de 1989, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, e, paralelamente, emitiu um comunicado à mídia sobre as cartas enviadas aos candidatos” (BRAGA, 2011, p.252). Com essa evidência, ambos partidos incluíram o tema em suas cartas-programa. Interessante ressaltar que este comportamento é completamente diferente dos parlamentares do regime militar, que focavam exclusivamente nos ganhos comerciais que o país poderia garantir com a África do Sul (PACHECO, 2018, p.60).

²⁸ Essa cooperação foi basicamente acadêmica. Os estudos desenvolvidos analisavam discriminação racial, desigualdade social, ações afirmativas. Hoje o Instituto não está mais em operação.

Sobre a realidade no mundo dos esportes, os reflexos da segregação sul-africana na realidade brasileira datam antes mesmo do engajamento acima descrito. O primeiro caso que chamou a atenção da mídia ocorreu ainda no governo de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1950, quando o time de futebol Portuguesa (majoritariamente negro) foi proibido de desembarcar na Cidade do Cabo para participar de uma partida que estava marcada no local. Ao ser informado da situação, o Presidente não só proibiu os atletas de jogarem como classificou o episódio como ultrajante e inadmissível, sendo o primeiro país fora da África a de fato sancionar socialmente o regime do Partido Nacional, suspendendo eventos esportivos entre as duas nações, fato este sempre lembrado na historiografia especializada do país. Anos depois, na gestão do brasileiro João Havelange o país foi expulso da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Outro caso marcante foi o da Confederação de Velas e Motor retirando a inscrição do Brasil na regata transcontinental do trajeto Cidade do Cabo - Rio de Janeiro de 1977 em forma de boicote e protesto civil (BRAGA, 2011, p.243). Por aqui, esse tipo de ação praticamente não era divulgado e cabia ao próprio movimento fazê-la reverberar na classe política e nas massas (PACHECO, 2018, p.77).

Nesse eixo, o que militantes negros de várias nacionalidades relatam é que sempre admiravam também, atletas afro-americanos de diferentes modalidades que ao receberem medalhas nas Olimpíadas de 1968 faziam o símbolo do punho erguido, característico dos Panteras Negras (PANTERAS NEGRAS, 2014). Devido à maior difusão dos meios de comunicação em massa, os estadunidenses se saíram melhor no câmbio de informação, realmente por terem mais tempo e refinamento para tal. O ativismo sul-americano, por exemplo, só amadureceu na década de 1980, na era da redemocratização e retomada de liberdade civis no subcontinente e “plenitude” da organização internacional sobre o tema (BRAGA, 2011, p.242). Nos Estados Unidos, aponta-se principalmente que apoio dos americanos era focava no apoio a sanções econômicas e sociais ao regime. O patrono desses comportamentos, Martin Luther King, registrou uma viagem para Gana na em 1957 em celebração da independência do país, no qual se encontrou com líderes antirregime aparteísta que também tinham ido até lá para prestar solidariedade. Ao retornar para América do Norte, King repassou a mensagem para seus correligionários, sendo responsável por articular a conscientização da opinião pública (BRAGA, 2011, p.144).

É importante destacar as diferenças entre as conjunturas que viviam os dois países. Nos Estados Unidos o movimento pelos direitos civis organizou-se em duas principais vias: a revolucionária com o Partido dos Panteras Negras inspirado em Malcolm X, e o movimento dos direitos civis liderado por King (DOMINGUES, 2017, p.112); as duas vertentes gozavam

de uma razoável liberdade de manifestação e trânsito em igrejas, comunidades e universidades. A situação dos sul-africanos era diametralmente oposta, com segregação nos bantustões e normativas que impediam a população negra de se organizar (BRAGA, 2011, p.146). Além do mais, o contexto geopolítico da Guerra Fria tencionava as duas nações de maneira díspar. Aponta Friedrichson (1995):

Nos EUA, a competição com a URSS para os “corações e mentes” de africanos e asiáticos fez da segregação legalizada uma séria responsabilidade internacional para as administrações Kennedy e Johnson (...) o governo federal se tornou mais suscetível a pressões pelo movimento dos direitos civis. Na África do Sul, por outro lado, o medo da subversão comunista dentro do país e a influência soviética nos novos Estados africanos independentes levou a elite branca a radicalizar a separação racial. Ademais esses aspectos, tinha diferença básica entre a consciência de uma maioria branca encarando a inclusão de uma minoria (nos EUA) e a consciência de uma minoria branca de que a extensão dos direitos democráticos poderia dar o poder à maioria negra (na África do Sul)

No campo legislativo, Braga elucida que “a lei nos Estados Unidos estava ao lado dos que militavam pelos direitos civis, que reivindicavam seus direitos sob a égide da Constituição. Na África do Sul, a lei e a Constituição estavam contra os negros.”. Na América, os grupos podiam principalmente falar com a imprensa, canal essencial para semear ideias e angariar apoio (BRAGA, 2011, p.147-150).

Uma pauta partilhada dos movimentos é a questão da educação como um agente de mudança do sistema e da mente da população (RODRIGUES, 2005). Mais uma vez a situação doméstica em cada nação pavimentou o caminho para uma abordagem específica da temática, nos Estados Unidos, por exemplo, desde os anos 1960 afluía nos meios Universitários as pesquisas temáticas sobre a situação do negro no país e no mundo, galvanizados pela situação em que o país se encontrava e a evidência da pauta política-ideológica na Guerra Fria em curso. Lá, Huey Newton e Bobby Seale puderam entrar em contato com os estudos jurídicos e entender como o próprio desenho institucional reproduzia comportamentos racistas, além das leis oficialmente segregadoras que impediam grande parcela da população de ser efetivamente cidadã (BLOOM; MARTIN, 2013, p.11).

No Brasil, a pauta foi e continua sendo um dos pilares do MNB, pois entende-se que é através da construção coletiva da verdadeira história nacional que se completa o buraco histórico do papel protagonista dos negros e negras no desenvolvimento socioeconômico do país²⁹, pois no ensino há uma dimensão simbólica na “desconsideração por sua identidade

²⁹ A educação constitui-se para o movimento negro em elemento central de mobilização, um valor que estrutura sua ação desde as primeiras organizações negras. Dessa forma, no final da década de 1970, a ênfase na questão educacional dada pelo movimento negro situou-se na denúncia do ideal de branqueamento implícito veiculado nos livros didáticos e nas escolas, na omissão dos conteúdos escolares, no enfoque que a história dá ao negro, ao

racial expressa (...) na omissão da história da população negra, no conteúdo racista dos livros didático e de literatura infantil”, criando um ciclo vicioso de reforço de estereótipos e do senso comum (RODRIGUES, 2005, p.47).

A articulação em volta do tema no Brasil gerou frutos como as ações afirmativas e a obrigatoriedade do ensino sobre a história da África na base curricular nacional comum, na Lei 10.639/200. Marco Antonio Bettine de Almeida e Livia Sanchez (2016, p.244, p.245), apontam que por causa desse desenho de diretrizes,

a escola, ora impediu ou dificultou o acesso de negros, de forma que as elites brancas e proprietárias pudessem utilizar-se dela como meio de diferenciação e, portanto, da manutenção das estruturas sociais; ora incentivou sua presença na instituição como estratégia para inculcar valores da cultura dominante e, assim, legitimar-se.

O Partido dos Panteras Negras na sua carta de princípios compartilha do mesmo entendimento sobre o sistema educacional, materializado no 5º mandamento da entidade, inclusive incluindo matrizes curriculares nos programas de educação do *Serve The People*:

5. Nós queremos uma educação para nosso povo que exponha a verdadeira natureza desta decadente sociedade americana. Queremos uma educação que nos mostre a verdadeira história e a nossa importância e papel na atual sociedade americana. Nós acreditamos em um sistema educacional que dê a nossos povos um conhecimento de si mesmo. Se um homem não tiver o conhecimento de si mesmo e de sua posição na sociedade e no mundo, então tem pouca possibilidade de relacionar-se com qualquer outra coisa. (PANTERAS NEGRAS, 1967).

Os Panteras tiveram grande sucesso aliados aos liberais afrodescendentes em fazer com que grande parte da população negra entendesse o impacto que a educação descolonizada poderia ter na realidade de todos, tendo eco até mesmo na arte de grande alcance, como na música “*Black Man*” de James Brown. Na canção, há um acompanhamento rítmico característico do blues e do soul, gêneros de raiz afro-americana, na qual uma professora questiona os alunos de uma classe sobre grandes feitos da humanidade, como quem foi o primeiro homem a fazer uma cirurgia cardíaca bem-sucedida, ou quem inventou o relógio moderno, a máscara de gás, escreveu o primeiro almanaque, entre outras questões, no qual a resposta das crianças sempre é “um homem negro”, em tom orgulhoso e insubmisso (PANTERAS NEGRAS, 2014). Na África do Sul, os valores brancos que tentaram eclipsar as características negras do ensino chegaram às últimas consequências no Massacre de Soweto,

seu modo de ser, às suas habilidades, da tendência em enfatizar a sua docilidade, esquecendo-se de todo o movimento de resistência, e, ainda, da omissão dos interesses subjacentes à Abolição (PINTO, 1993, p.26).

na qual o já sectário ensino impôs a língua inglesa sobre dialetos e línguas locais em todos bantustões do país.

A política externa do Partido dos Panteras Negras se apresentava como um desafio interno. O mandamento que visava um plebiscito supervisionado pela Organização das Nações Unidas mostra que a cúpula partidária entendia que articular com outros atores internacionais era tarefa indispensável para atingir sucesso enquanto força revolucionária (Nova Cultura Popular, p.33). O Ministro de Assuntos Externos, James Forman, em 1968, era responsável pelo estudo de viabilidade de apoio para a realização do pleito que o partido sonhava. O objetivo do sufrágio seria dar aos negros e negras dos Estados Unidos a oportunidade de escolherem se eles gostariam de se consolidar em um Estado soberano independente como qualquer outro no mundo, que incluísse participação na ONU e reconhecimento diplomático de outros países, ou não (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.120). Para tal, Cleaver tentou articular candidaturas com o partido de esquerda estadunidense *Peace and Freedom* em 1968, para que agissem dentro do Congresso estadunidense e chegar até a organização supranacional (Nova Cultura Popular, p.33, p.34).

O que na prática levou o Partido a um novo nível foi a campanha pela libertação de Huey Newton, iniciada logo após a prisão do líder Pantera, em 1967, acusado de ter assassinado um agente de segurança público após uma parada de revista policial. Os membros e a base de apoio não acreditaram nessa narrativa porque o Presidente relatava em depoimento que os tiros disparados haviam sido em legítima defesa, a descrença vinha também da consciência de que o programa de contrainteligência (COINTELPRO) em andamento havia catalogado o carro de toda a cúpula do grupo para tentar eliminá-los ou aprisioná-los. O movimento teve uma adesão inédita para o grupo: o slogan “*Free Huey!*” era exibido na traseira de carros, em versos de músicas, em manifestações constantes em frente à prisão, nos dias de julgamento e em outras ações promovidas pelo povo. O conhecimento legal dos membros os ajudou a desenhar uma estratégia jurídica e midiática capaz de criar um movimento de massa que transcendeu as fronteiras da Califórnia e dos Estados Unidos (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.104).

Nominalmente, a responsável por costurar o apoio a campanha foi Kathleen Neal, futuramente Kathleen Cleaver (companheira do já citado Eldridge Cleaver), por ter contatos na Índia, na Libéria e em Serra Leoa, além de ter trabalhado no Comitê de Assuntos Exteriores do Congresso dos Estados Unidos. Ou seja, a rede de contatos que ela tinha na capital do país, seu capital social e canais de comunicação com países africanos a colocou na linha de frente dessa campanha por apoio. Neal-Cleaver ajudou a organizar comícios,

coletivas de imprensa, pôsteres e entrevistas na TV, que tiveram alcance planetário, tornando-a secretária de comunicação do Partido e abraçando a oportunidade de associar a campanha com o programa proposto.

Uma das conexões feitas foi com o Comitê Coordenador Estudantil Não-Violento, e em especial com o coordenador do Comitê, Stokely Carmichael, que aproximou os Panteras de representantes do “Terceiro Mundo” na Organização das Nações Unidas - na agenda de discussão dos encontros, além da libertação de Newton, estava a ideia do plebiscito, já elucidada. Através deles conseguiram no dia 19 de julho de 1969 organizar uma coletiva de imprensa na sede da ONU, em Nova York. Enquanto Foreman e Carmichael falavam com a imprensa, diversos protestos aconteciam nos bairros negros da cidade, em especial o Harlem e o Brooklyn, pressionando a organização a colocar o tema em pauta. Nesse mesmo dia, o Partido deu entrada em um pedido de credenciamento como “organização não-governamental” para aumentar seu trânsito na entidade, que foi negado (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.123).

Se por um lado a tentativa de inserção no órgão foi um fracasso, o alcance desse dia foi expressivo. Apenas 4 meses depois o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla mais usual), partido de Nelson Mandela e o mais importante da luta anti-apartheid da África do Sul, enviou uma carta ao Partido dos Panteras Negras expressando profunda preocupação com a perseguição do governo estadunidense ao movimento e também pelo cárcere de Huey Newton e, nessa época, de Bobby Seale. Nesse documento, discute-se também uma visão compartilhada dos Partidos sobre a luta de libertação negra. Há consenso que o grande inimigo era o fascismo racista e que aquele era o momento de se travar lutas antiimperialistas, pois vivia-se na “Era do Confronto”, em que todos os povos oprimidos estavam se organizando para a revolução (Nova Cultura Popular, p.3) com exemplos materiais no Vietnã, no Oriente Médio e em vários países periféricos (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.252).

Outra importante participação no cenário internacional do partido foi na Conferência Hemisférica pelo Fim da Guerra no Vietnã, no final de novembro de 1968. Nela, estavam presentes diferentes grupos estadunidenses antiguerra, Salvador Allende (futuro Presidente do Chile, na época presidente do Senado), representantes do movimento separatista do Quebec e uma delegação do próprio país anfitrião. Na época, o jornal francês *Le Monde* interpretou o evento como um palco dominado pelos Panteras, uma vez que os estadunidenses deram o tom do evento ao discutirem com eloquência o direito de autodeterminação dos povos, o qual fundamentava seu argumento central contrário ao imperialismo e que encantava em especial as nações latinas, africanas e asiáticas. A visão pragmática do Partido do que deveria

acontecer os ajudou a construir alianças de uma maneira inédita e importante (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.311).

Ainda na esteira da campanha pela liberdade de Newton, George Mason Murray, Ministro da Educação e porta-voz Pantera, viajou para Cuba no mês seguinte ao evento na ONU para participar de uma conferência da *Organization of Solidarity with the People of Asia, Africa and Latin America* (OSPAAAL) para invocar o sentimento anticolonial e revolucionário. Nela, afirmou a necessidade da revolução sistêmica e da organização entre esses povos. O reflexo doméstico imediato foi de perseguição do governo dos EUA a Murray e da sensibilização de grupos políticos latinos e asiáticos procurando se aproximar politicamente da ideologia do partido (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.252). Neste mesmo ano no dia 6 de abril, Mao Tsé-tung Marsha (revolucionário chinês) publicou no jornal Black Panther um artigo chamado “Servindo ao povo” no qual comungava dos objetivos de “terra, pão, moradia, educação, liberdade, roupas, justiça e paz” dos Panteras e mostrava que os entendia como participantes de uma Frente Única Internacional de revolucionários (MARSHA, 1969, p.66).

Ainda em 1969, Eldridge Cleaver viajou por diferentes países progressistas ou socialistas. Passou 2 meses em Pyongyang na Coreia do Norte onde se encontrou com representantes da Frente de Libertação Nacional do Vietnã, e de lá foi para o continente africano (HILLIARD, 1969, p.122). Na Argélia, encontrou sua esposa Kathleen Cleaver e participou do Festival Cultural Pan-Africano que contou com shows, exposições, festas e artistas de todo mundo colonizado - estava presente, até mesmo a cantora e pianista negra Nina Simone. A celebração durou 12 dias e contou com a presença de 4 mil africanos de 24 países de toda a África, além de representantes do Brasil, do Chile, da Coreia do Norte e da Palestina. Esse evento, além de artístico, foi de discussão sobre os próximos passos para consolidar a independência e o que poderia ser feito para auxiliar áreas ainda subjugadas, como o Zimbábue, Guiné-Bissau, Rodésia, Moçambique e África do Sul (BLOOM; MARTIN, 2013, p.314, p.315, p.318).

Enquanto isso, nos Estados Unidos, Huey P. Newton e Bobby Seale estavam presos e o programa de contrainteligência dos FBI funcionava com liberdade e eficiência. Enquanto isso, no exílio na Argélia, Cleaver continuava com planos de articulação internacional em curso. Uma das iniciativas mais famosas foi fruto da comunicação estabelecida com o governo dos EUA, na qual ele pediu nomes de soldados estadunidenses presos em solo coreano, argelino e vietnamita, para que fosse possível a negociação da soltura deles em troca

da libertação dos Panteras Negras que estavam sob custódia do governo estadunidense³⁰ (HILLIARD, 1969, p.122).

No dia 29 de agosto de 1970, já liberto, Huey Newton escreveu uma Carta à Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul, elucidando a visão do partido sobre o campo internacional. Ele diz que enquanto os Estados Unidos da América são a “cidade do mundo”, a “Babilônia”, as nações da África, América e Ásia são o “campo do mundo”, e que o processo revolucionário funciona de maneira semelhante em todas as partes do planeta, porque a elite que domina o poder devido à superexploração do capitalismo a partir dos EUA, também oprime populações em nome do lucro (NEWTON, 1970, p.139). A partir dessa análise ele afirma que o partido apoia completamente a luta dos países subdesenvolvidos, inclusive dispostos a mandar tropas de Panteras Negras, pois estavam “interessados nos povos de qualquer território onde o estalo do chicote do opressor possa ser ouvido”. Junto dessa análise e tantas trocas, encontros, conferência e reuniões, o partido começou a se entender oficialmente como internacionalista (NEWTON, 1970, p.140). A fim e ao cabo o grande trunfo do Partido no campo internacional foi ter conseguido fazer muitos movimentos antiimperiais do mundo se entenderem como parte de uma mesma causa global (BLOOM; MARTIN, 2013, p.49, p.313).

No trabalho “A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul (2011)” de Pablo de Rezende Saturnino Braga, o autor afirma que “A herança cultural comum e a crescente conscientização da violação de direitos humanos aproximaram os negros estadunidenses dos negros africanos” (p.139). Entre eles estava o *Council on African Affairs* (CAA) que tinha um alinhamento especial sobre a questão e os problemas da África, e consolidou o tema como sua principal bandeira. Os seus fundadores, Paul Robenson e Max Yergan, vinham de uma tradição mais internacionalista por causa das igrejas negras transnacionais que frequentavam e pela literatura marxista com a qual entraram em contato. Entendiam que “a luta por libertação nos EUA era parte da luta do mundo colonial por liberdade”, por isso sua pauta era expandida para temas além do território nacional. O Conselho foi, inclusive, a primeira grande expressão de uma ONG voltada para os direitos humanos dos africanos no pós-guerra (BRAGA, 2011, p.140). A organização teve um poder de articulação e pressão até então inédito no que tangia a relação do sistema internacional com o claro crescimento do regime do Apartheid na África do Sul. A instituição, na figura de Paul, foi responsável por abrir um canal de comunicação com capacidade de fazer lobby na

³⁰ Interessante relatar que as fianças colocadas para a soltura dos membros eram exorbitantes, pois eram acusados injustamente de conspiração e terrorismo (PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS, 1969).

Organização das Nações Unidas a favor das sanções ao governo aparteísta, a ponto de logo na primeira reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Londres, em 1946, juntamente à delegação da Índia entrar com pedidos de desaprovação a segregação do regime sul-africano (BRAGA, 2011, p.141).

Em 1952, os quadros do Conselho, liderados por Du Bois, começaram com comícios e atos de desobediência civil a pressionar o governo dos EUA a interromper o apoio financeiro e militar que mantinham com a África do Sul. Quando o CAA interrompeu suas atividades em 1955, o movimento ficou mais difuso, entre liberais e nacionalistas, como Carlos Cooks, Richard Moore, Malcom X e Martin Luther King Jr (BRAGA, 2011, p.142). Esses líderes, mesmo que de maneira incipiente, conseguiam receber informações das lideranças anti-apartheid sul-africanas e levantavam a bandeira das sanções, partindo do governo estadunidense (BRAGA, 2011, p.142).

O que se verificou foi uma maior presença da articulação dos liberais afro-americanos com deputados e congressistas em Washington para uma ação de dentro do establishment para fora. Depois do Massacre de Shaperville³¹ essa ala da luta antirracista começou a comungar das ideias dos nacionalistas de que “a luta dos negros nos EUA não poderia ser separada da luta dos negros na África, e a política externa seria o canal político para propiciar o envolvimento dos EUA nas questões africanas” (BRAGA, 2011, p.147). Para tal, organizou-se uma grande coalizão chamada *American Negro Leadership Conference on Africa* (ANLCA) em junho de 1962, presidida por Luther King. Alinhando 75 organizações negras, essa aliança harmonizada na luta anti-apartheid e a favor dos movimentos de libertação da África, buscava pressionar o governo do então presidente John F. Kennedy a criar um “Plano Marshall” para África e a reforçar as sanções contra a África do Sul (BRAGA, 2011, p.147).

Em dezembro do mesmo ano, o presidente recebeu os “*Big Six*”, grupo das 6 principais lideranças do eferescente movimento negro estadunidense, sendo eles: Martin Luther King Jr. (*Southern Christian Leadership Conference*), James Farmer (*Congress of Racial Equality*), John Lewis (*Student Nonviolent Coordinating Committee*), A. Philip Randolph (*Brotherhood of Sleeping Car Porters*), Roy Wilkins (*National Association for the Advancement of Colored People*) e Whitney Young (*National Urban League*). O Presidente Kennedy não acatou os pedidos e nem replicou na ONU as ideias de sanções levadas pelo grupo, mas o encontro em si foi responsável por dar uma visibilidade muito importante a toda

³¹ No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do apartheid. Eles estavam protestando especificamente contra a lei que determinava que todos os negros levassem consigo cartões de identidade. O incidente ocorreu na cidade de Sharpeville, 50 km ao sul de Johannesburgo (BBC, 2010).

população e aos grupos do Congresso Nacional. Além disso, “a formalização do ANLCA propiciou um alto nível de cooperação entre movimentos de libertação sul-africanos e o movimento negro estadunidense” (BRAGA, 2011, p.148).

O caminho trilhado por esse aumento no grau de organização foi materializado na instituição do *Congressional Black Caucus* (CBC), uma articulação entre políticos negros que foram eleitos na década de 60. Seu primeiro presidente foi o deputado e depois senador, Charles Diggs. Ao democrata recai grande responsabilidade sobre a efetividade e engajamento dos EUA na luta antissegregação, pois ele pautava o tema no Congresso, viajava para a África para estabelecer conexões, e “interligou a causa anti-apartheid de movimentos sul-africanos à política doméstica e externa dos EUA, [utilizando] eficiente canal informacional das Nações Unidas” (BRAGA, 2011, p.152). A ele, é creditado um papel de destaque no Comitê de Política Externa dos Estados Unidos e o rápido crescimento do CBC.

Nesse mesmo momento, os membros do grupo propuseram legislações que tentavam proibir o governo estadunidense de apoiar o Fundo Monetário Internacional e qualquer outro tipo de apoio financeiro que concedesse empréstimo a países violadores de direitos humanos - uma estratégia para interromper o fluxo financeiro mundial ainda conectado com o regime do Partido Nacional sul-africano (BRAGA, 2011, p.154). As leis não passaram e o governo do conservador Ronald Reagan concedeu o maior empréstimo da história da África do Sul. Se por um lado essa manobra pode ser considerada um fracasso, por outro gerou uma onda de manifestações que consolidaram a pauta anti-apartheid na câmara dos deputados, no senado e nas ruas, chegando ao ápice de em 1984 ter alavancando um pré-candidato negro à presidência, o Reverendo Jesse Jackson, responsável lado a lado do Bispo Desmond Tutu pelo *Free South Africa Movement* baseado no discurso contrário ao regime (BRAGA, 2011, p.155, p.157). O movimento teve grande aderência, e incomodou tanto as classes interessadas na sustentação da administração aparteísta que chegou a promover prisão de “importantes personalidades, como 22 congressistas, Amy Carter (filha do ex-presidente [Jimmy Carter]), dois filhos de Robert Kennedy e a viúva de Luther King, Coretta Scott King” em represália ao movimento (BRAGA, 2011, p.160).

A vitória do prêmio Nobel da Paz pelo Bispo “estourou como uma bomba sobre a esperança do governo sul africano e seu desejo de ter uma boa imagem sobre a comunidade internacional” (PACHECO, 2018, p.112.). Sobre ele, Braga (2011, p.157) adiciona:

Tutu também foi fundamental para angariar o apoio religioso à causa. Em seu giro pelos EUA, feito em maio de 1985, 54 grupos protestantes e católicos anunciaram uma nova campanha contra doze importantes investidores na África do Sul, incluindo três companhias de computadores (IBM, Control Data e Burroughs), três de petróleo (Mobil, Texaco e Chevron) e duas automobilísticas (Ford e GM).

Gradativamente a pressão esgotou o poder de resistência de empresários nos EUA e ampliou o debate das sanções na política estadunidense.

Depois de tanta pressão iniciada pelos grupos negros independentes que evoluíram para uma ação legislativa e interna, os Estados Unidos da América harmonizaram a prática com o discurso proferido há tempos na ONU, condenando o regime da África do Sul (BRAGA, 2011, p.162). Este caso foi um grande catalisador do ativismo internacional na Organização das Nações Unidas sob o prisma dos Direitos Humanos (CARVALHO, LACERDA, TEIXEIRA, 2015). É curioso perceber o comportamento da organização em relação aos outros objetos de estudo desta pesquisa³², resgatando que em 1968 quando os Panteras Negras tentaram articular com grupos civis e pautar a situação negra dentro dos Estados Unidos. Nesse período, a instituição criou barreiras e impedimentos ao avanço da discussão justamente pelo grupo pautar de maneira revolucionária uma mudança de ordem para o elevamento das condições marginais dos negros estadunidenses (BLOOM; MARTIN, 2013, p.121). Os Panteras se apoiavam no princípio da autodeterminação dos povos para de maneira legítima organizar um plebiscito consultivo dos afrodescendentes sobre uma possível emancipação, pois, como elucidado anteriormente, se entendiam como uma nação segregada dentro do país (PANTERAS NEGRAS, 1967), tal qual os negros nos bantustões da África do Sul.

O histórico do internacionalismo do movimento anti-apartheid envolve mais atores externos e é muito relacionado à Organização das Nações Unidas. Fundada em 1945, a ONU conseguiu introduzir em todo o sistema internacional o tópico dos direitos humanos (SILVA, 2011, p.19). O marco do desenvolvimento do tema foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, porém, o tema estava no cerne da instituição pois há poucos anos o mundo havia passado por duas guerras mundiais e sucessivos casos de genocídio por todo o globo, elevando a preocupação pela condição da vida de todos cidadãos de todos os cantos do mundo. É verdade que apenas em 1993, com a Conferência Mundial de Viena, que os “os direitos humanos passaram a ser reconhecidos pela comunidade internacional como

³² Importante adicionar que o poder material precisa de uma contrapartida em termos de ideias, de figuras mentais e de quadro de referências para sustentar um comportamento. Portanto, este conjunto que suporta a estrutura do poder existente mobiliza opiniões a favor de políticas de segurança, econômicas e bem-estar, que estejam em conformidade com as forças sociais dominantes, tomando forma nas políticas externas dos Estados nacionais, respaldadas nas instituições multilaterais (COX, 19878), como a ONU. Fanon (1952, p.84) já expunha que o comportamento colonial e racista vai além da intersecção de condições objetiva e históricas, inclui também a atitude do homem que se recusa a tomar atitudes mesmo consciente dessas condições, e, adiciono aqui, no próprio desenho dessas organizações. Sendo assim, é natural que um grupo que questiona o *status quo* das potências, como tentou fazer os Panteras e Malcolm X, não seja tão bem-vindo naquele âmbito quanto os líderes civis como Nelson Mandela e outros.

universais, indivisíveis e interdependentes”, mas por toda a segunda metade do século XX países e instituições já pautavam suas decisões em consenso com esses preceitos (SILVA, 2011, p.20).

O fim do apartheid sul-africano em 1994 foi a vitória mais palpável da luta da comunidade internacional contra formas estruturais de racismo. Já desde 1960 a ONU buscava uma via legalista para combater o preconceito racista, e neste espírito nasceu a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968). A partir dela, os Estados conseguiram usar bases jurídicas aceitas pela comunidade internacional para desenvolver leis domésticas e para fazer pressões conjuntas a países violadores de direitos humanos. Isso ocorreu em grande parte porque a organização (e até mesmo o Conselho de Segurança) entendia que “a banalização do discurso e da prática racista, discriminatória e xenofóbica (...) estaria entre as causas principais de muitos conflitos mundiais (...)”, pois antes da criação do órgão a ideia de direitos humanos era baseada em padrões éticos, religiosos e políticos, e com a oficialização clara sobre o que são, eles se tornaram normas de direito positivo (SILVA, 2011, p.27, p.28, p.36, p.38) e mantendo todos os países, teoricamente, regidos em um mesmo tom.

Há de se fazer uma ressalva que,

A força e o impacto dos direitos humanos consistem no fato de tais direitos incorporarem valores universais cuja aplicação concreta pode diferir no tempo e no espaço geográfico, mas cuja essência não depende de qualquer dessas circunstâncias. Contudo, reconhecer a universalidade dos direitos humanos não significa ignorar as diferenças de várias ordens que tornam determinados indivíduos ou grupos de pessoas mais vulneráveis à violação de seus direitos por parte do Estado ou de outros indivíduos ou grupo (SILVA, 2011, p.39)

A grande importância dada ao tema em todos os braços da ONU nas décadas de 1960 e 1970 se deve em grande parte pela mudança interna do órgão. Inclusive, o ano de 1960 foi batizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Organizações das Nações Unidas (UNESCO) de “o ano da África” (PACHECO, 2018, p.44). Vale relembrar que foi o mesmo período histórico das lutas anticoloniais e de libertação em todo o continente africano e em boa parte da Ásia, assim como o crescimento das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, que desempenhou papel importante na organização.

Com novos países independentes, membros recém-chegados começaram a compor a instituição. Para apresentar essa mudança em números: em 1959 a organização era composta por 85 Estados, sendo apenas 11 africanos. Já em setembro de 1960, 17 novos Estados ingressaram, sendo 16 africanos. Foram eles Benin, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Popular do Congo, Congo (Zaire), Gabão, Costa do

Marfim, Madagascar, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Somália e Togo (PEREIRA, 2010, p.111). Ao final da década, com 128 Estados-membros, 51 eram africanos. Sendo assim, novas pautas foram introduzidas e alguns temas foram priorizados, como a luta contra o Apartheid (SILVA, 2011, p.47). O caso da campanha internacional contra o regime sul-africano foi a resultado dessa nova realidade do órgão. A ação coordenada de Estados-membros da ONU pressionando e sancionando a África do Sul é emblemática ao tema. O acontecimento responsável pelo início da articulação efetiva foi o Massacre de Sharperville.

Em 21 de março de 1960 as forças repressivas do governo assassinaram 69 negros que estavam protestando contra o regime. Frente a tamanha brutalidade, os Estados africanos recém-admitidos na organização pressionaram a Assembleia Geral a colocar o regime em pauta e deliberar sobre qual seria o comportamento da comunidade internacional sobre o tema (SILVA, 2011 p.28, p.35, p.48). Até esse fato, aponta Pacheco (2018, p.100), a reação da comunidade internacional para o que acontecia lá era incipiente, e ele pode ser considerado como catalisador de “diversas ramificações civis locais, regionais, internacionais e intergovernamentais, [causando o] aperfeiçoamento das técnicas de ativismo”. Foi por causa deste acontecimento também, que a militância antiapartheid dos grupos negros estadunidenses foi fortalecida (BRAGA, 2011, p.144).

Em novembro de 1962 a Assembleia Geral aconselhou a todos os Estados-membros a tomarem “medidas específicas” para pôr fim ao regime. Em 1963, o Conselho de Segurança (CS) na Resolução 181 foi mais enfático ao convidar oficialmente a todos os Estados a interromperem venda de armas, munições e veículos militares ao país (SILVA, 2011 p.50). O CS impôs oficialmente o embargo em novembro de 1977, em represália ao Massacre de Soweto (16 de junho de 1976) e do assassinato do ativista Steve Biko³³ (em setembro de 1977) (SILVA, 2011 p.55). Alguns anos depois, em 1985, sem o enfraquecimento esperado pela ONU do regime e a pressão doméstica dos EUA, a Resolução 569 que impelia aos Estados-membros sanções econômicas à África do Sul foi aprovada (SILVA, 2011 p.59). Na realidade, os setores internos que mantinham os pilares do governo do PN também estavam insatisfeitos. Toda essa pressão internacional começou a afetar fortemente a elite econômica e a fortalecer os movimentos sociais internos. Até mesmo as multinacionais que tinham unidades e serviços em solo sul-africano começaram a deixar o país. Na prática, quando a

³³ “Steve Biko passou a militar contra o regime segregacionista ainda na universidade. Estudante de medicina, formou a Organização dos Estudantes Sul-africanos (Saso, na sigla em inglês) em 1968, exclusiva para negros, divergindo do movimento estudantil predominante que abarcava diferentes raças. Divulgador do slogan “*black is beautiful*” (o negro é lindo) (...), Biko acreditava que era preciso que os negros libertassem sua consciência e encontrassem sua própria identidade. Extremamente popular entre os jovens sul-africano, foi torturado e assassinado por policiais do regime” (NEXO JORNAL, 2019).

classe dominante parou de ganhar com a exploração (neste caso, de toda a população negra) ela começou a pressionar o governo atrás de novas alternativas (FONSECA, 2014, p.26, p.28).

Após tantos anos e articulações, em 10 de maio de 1994, Nelson Rolihlahla Mandela tomou posse como presidente da África do Sul consolidando o fim do regime. Poucas semanas depois, em 23 de julho, a Assembleia Geral aprovou as credenciais de delegação sul-africana, reintroduzindo legalmente o país ao sistema internacional calcado nas regras institucionais do órgão (SILVA, 2011 p.61). Concomitantemente a isso, em abril de 1994, entrava em vigor uma Constituição interina que usava o linguajar e a base jurídica desenvolvida por décadas no seio das Nações Unidas. Nessa Carta, previa-se unidade nacional, igualdade, direito à propriedade, liberdades fundamentais e total consonância com os direitos humanos, assim como uma nova Corte Constitucional, responsável por zelar pela transição do regime segregacionista a uma democracia multirracial³⁴.

O cuidado especial por esses tópicos é, logicamente, advindo de uma pressão externa do regime internacional vigente no qual o país foi reinserido. Importante retomar uma fala de Nelson Mandela sobre a Declaração dos Direitos Humanos, no qual o presidente compartilhou que,

Durante os vários anos subsequentes, esse documento serviu como um farol luminoso e uma inspiração para milhões de sul-africanos. Foi uma prova de que eles não estavam sozinhos, mas eram parte de um movimento global contra o racismo e o colonialismo, pelos direitos humanos, a paz e a justiça (SILVA, 2011, p.34)

Apesar das escolhas incompatíveis sobre o melhor caminho para se enfrentar o racismo transnacional, Malcolm X, Huey Newton, Nelson Mandela, Abdias do Nascimento, Leila Hernández e muitos outros líderes negros pelo mundo se admiravam e travavam lutas associadas, dentro de suas potencialidades e óbices estruturais. Um exemplo marcante é a homenagem feita por Mandela na cena final da cinebiografia sobre Malcolm de 1992, dirigida pelo célebre diretor afro-americano Spike Lee, na qual o sul-africano declama um dos discursos do seu par estadunidense. Até esse momento no fim do século XX que o clima político estava mais estabilizado nas três nações, houve muito compartilhamento de referências, trocas de mensagens escritas, teorias, análises, músicas e símbolos que de uma forma inédita organizou o potencial antirracista dos negros e negras em um nível mundial.

³⁴ O direito à propriedade foi um tópico polêmico nessa transição pois a promessa inicial do partido do Congresso Nacional Africano (ANC em sua sigla mais utilizada, em inglês) era de realizar uma reforma agrária no país de forma a adequar os direitos a terra e propriedade usurpadas pelo já citado *Native Lands Act* do regime aparteísta. Essa adaptação do plano inicial causou um sentimento de frustração na população sul-africana negra, que percebeu na jovem democracia que “o direito ao voto nem sempre representa a ampliação de outros direitos” (FONSECA, 2014, p.29, p.30).

É interessante notar que os motivos que levaram ao fim do Partido dos Panteras Negras foram, em grande parte, os mesmo que permitiram uma melhoria de vida da população negra no Brasil e na África do Sul. Se nos Estados Unidos o afrouxamento da violência do Estado e a inclusão de massas afrodescendentes na classe média corroeram a base de apoio dos Panteras, no Brasil dos anos 80 a redemocratização e a participação do Movimento Negro na formulação da Constituição, tal qual o processo do fim do Apartheid com uma nova constituinte liderado pelo Congresso Nacional Africano, outorgaram a relevância de anos de articulação transnacional desses movimentos. Se com os estadunidenses os aparelhos repressivos do FBI através do COINTELPRO triunfaram na desarticulação do movimento, o mesmo não se verifica com o regime repressivo dos militares brasileiros na perseguição ao movimento e nem na força do Apartheid da África do Sul contrários a pressão internacional e a resistência interna de grupos bem assentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema escolhido como objeto deste estudo foi “O ativismo negro nas Relações Internacionais na segunda metade do século XX: os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiapartheid” ao identificar a necessidade de se entender a agência dos povos negros nas Relações Internacionais. O preenchimento da lacuna da área sobre estudos do ativismo dessa população a nível mundial motivou cada parágrafo desta pesquisa, que se propôs a ajudar a área a entender de maneira consistente a importância da luta antirracista internacional e, se tratando como tal, como poderia ser instrumentalizada para o contínuo e necessário desenvolvimento de políticas transnacionais para a efetiva emancipação dos negros e negras ao redor do globo. A hipótese era de que se as trocas entre esses movimentos poderiam ser interpretadas sob a perspectiva das relações internacionais, suposição que se verificou verdadeira.

A predileção pelo recorte temporal na segunda metade do século XX se deu pela efervescência de três polos importantíssimos para a luta antirracista, o Brasil, os Estados Unidos e a África do Sul. Portanto, o objetivo principal desta análise foi tentar estabelecer e apresentar os encontros e desencontros destes movimentos, discutindo de que forma eles se inseriram em uma campanha antirracista mundial, bem como sua ressonância na vida cotidiana de seus nacionais.

Os líderes dos movimentos tinham nas suas bases teóricas muitos autores em comum, como os martinicanos Frantz Fanon e Aimé Césaire, e o estadunidense Du Bois, referências estudadas pelos Panteras Negras, pelos integrantes do Movimento Negro Brasileiro e pelos grupos antissegregacionistas e anticoloniais da África do Sul. As viagens de líderes revolucionários dos Panteras Negras à África, assim como a leitura que eles fizeram de militantes brasileiros, como Carlos Marighella, moldaram sua forma de ver o mundo e de agir. No Brasil, vivendo sob a égide de um regime civil-militar truculento, os impelia os afrodescendentes do país a desenvolverem um maior nível de coordenação a organização e concomitante a ação dos grupos negros nos Estados Unidos ecoavam por aqui. Essa conexão os incentivava a pensar em centros de estudo, grupos culturais e associações que colocavam o tema nos holofotes. Nesses espaços, o Apartheid da África do Sul serviu como aglutinador das diferentes correntes que compunham o movimento, e observava o racismo tomando corpo de lei ao ser materializar em segregação espacial no outro lado do Atlântico. O que se verificou, na prática, foi a existência difusa de uma rede cruzada de comunicação e admiração das partes.

Sob o prisma dos estudos pós-coloniais das Relações Internacionais, o primeiro capítulo discutiu a importância de se desfazer as narrativas totalizantes. A seção seguinte investigou a gênese e a ação do Partido dos Panteras Negras a favor das políticas de inclusão do negro na sociedade estadunidense, explicando sua práxis revolucionária, a preocupação com a questão cultural do afro-americano e da discussão dos interesses capitalistas existentes no racismo institucional e da educação como estratégia emancipatória da população. Esses eixos temáticos foram paralelamente analisados com o caso do amadurecimento do Movimento Negro Brasileiro e da militância anti-apartheid. Em todos os objetos esta monografia tentou dar nomes aos líderes das ações, transferindo a responsabilidade para o ser, e não ao contexto. A partir disso, pôde-se introduzir a ONU também como objeto de disputa das correntes antirracistas previamente apresentadas, pois o comportamento da instituição distinguiu muito do caso africano, estadunidense e brasileiro.

No capítulo final o trabalho se propôs a discutir algumas possibilidades da interconexão de todos esses momentos políticos, e pôde de maneira mais apropriada estabelecer como o contexto internacional no qual todos estavam inseridos influenciou a visão ideológico de cada grupo, apontou quais foram os encontros mais relevantes na construção dessa teia e lembrou a importância de sempre analisar a situação doméstica de cada país, pois é essa vivência específica que impulsiona ou delimita os escopos de atuação a nível internacional. Pautado na ideia do transnacionalismo negro, foi possível fazer apontamentos iniciais dessas trocas.

Apesar de ter dado um importante pontapé inicial no estudo do tema, a pesquisa careceu de acesso a fontes primárias e a análises mais aprofundadas da teoria que moveu os grupos e tremeu as estruturas racistas dos países, assim como abriu a brecha para futuros estudos das relações internacionais que sejam capazes de valorizar as lutas em comum dos povos subjugados, colocando-os no lugar que merecem: o da vanguarda do ativismo civil internacional. Esta monografia utilizou de autores e autoras brasileiros, estadunidenses, martinicanos e sul-africanos obstinada a entender por análise documental e bibliográfica as idas e vindas desse atlântico negro que recusou calar-se frente a injustiças, violências e ataques à humanidade.

REFERÊNCIAS

- A última abolição. Direção de Alice Gomes. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2018. (82 min.), color.
- ALMEIDA, Marco; SANCHES, Livia. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil**. Revista Eletrônica da Educação, 2016, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016
- AMORIM, Alessandro. FLORES, Elio. **Protagonismo negro numa perspectiva afrocentrada**. Revista Brasileira do Caribe, São Luis, Vol. XI, nº22., p. 59-78, Jan-Jun. 2011
- BARBOSA, Muryatan. **Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 144-162.
- BENEDIKT, Franke; ROMAIN Esmenjaud, 'Who owns African ownership? The Africanisation of security and its limits', South African Journal of International Affairs, 15: 2, 2008. P. 137 - 158.
- BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. **Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice**. London: Routledge, 2016.
- BLAAUW, Lesley. **African agency in international relations: challenging great power politics?** In: BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice. London: Routledge, 2016. p. 85-99.
- BLOOM, Joshua; MARTIN, Waldo E.. **Black against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party**. Los Angeles: University Of California Press, 2013
- BRAGA, Paulo de Rezende S. **África do Sul: a rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: FUNAG, 2011. P. 103-203.
- BROWN, James. Black Man. Cincinnati: King Records, 1968.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 510, de 20 de Março de 1969. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 23 de junho de 2019.
- CARTA CAPITAL. **Em plena ditadura militar, MNU iniciou a luta por direitos dos negros**. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/em-plena-ditadura-militar-mnu-iniciou-a-luta-por-direitos-dos-negros/>>. Acesso em: 23 de fev. 2019.
- CESAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1978.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Marighella era negro? Autor da biografia sobre guerrilheiros se pronuncia**. < <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/02/18/interna-brasil,738232/marighella-era-negro-autor-de-biografia-sobre-guerrilheiro-responde.shtml> > Acesso em 03 de mar. 2019.
- COX, Robert W.. **Approaches to World Order**. Toronto: Cambridge University Press, 1996.

- CUNHA, Teresa. **Justiça Cognitiva, Identidades e Diásporas**. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, nº 1, 2006. p.1-42
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiros: alguns apontamentos históricos**. Tempo, 23, 100-123, março, 2007.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FERREIRA DA FONSECA, Danilo. **DIREITOS HUMANOS NA ÁFRICA DO SUL: ENTRE O APARTHEID E O NEOLIBERALISMO**. Projeto História, São Paulo, n. 51, p. 15-25, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: e classes sociais na America Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- GOMES, Daiane; MADEIRA, Zelma. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Serv. Soc. Soc. n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018
- GOMES, Patrícia Godinho. **From theory to practice: Amilcar Cabral and Guinean Women in the fight for emancipation**. In: MANJI, Firoze; FLETCHER JR, Bill. Claim No Easy Victories: The Legacy of Amilcar Cabral. CODESRIA, 2013. p. 279-291.
- HANCHARD, Michael. **Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdier e Loic Wacquant**. Revista Estudos Afro-Asiáticos, v.1, 63-69, 2002.
- HERNADEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008. 680 p.
- HISTORY. **Black Panthers**. <<https://www.history.com/topics/civil-rights-movement/black-panthers>> Acesso em 10 de jan. 2019.
- HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina. P. 119-132
- INSTITUTO GELEDES DA MULHER NEGRA. **A história dos Panteras Negras em 27 pontos importantes**. <<https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>> Acesso em 22 de maio de 2019.
- INSTITUTO GELEDES DA MULHER NEGRA. **O Jim Crow – Reconhecendo estereótipos racistas internacionais**. <https://www.geledes.org.br/o-jim-crow-reconhecendo-estereotipos-racistas-internacionais-parte-ii/>> Acesso em 22 de maio de 2019.
- INSTITUTO HUMANITA UNISINOS. **Martin Luther King - 04 de abril**. <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/508119-martin-luhter-king-04-de-abril> Acesso em 22 de maio. 2019.
- JOHNSON, Ollie A. **Explicando a extinção do Partido dos Panteras Negras: O papel dos fatores internos**. Salvador: Caderno Crh, 2002.
- JORNAL DA GLOBO. **Nelson Mandela já esteve duas vezes no Brasil**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3001149/>>. Acesso em: 4 de fev. 2019.
- LACERDA, Tamies; CARVALHO, Rita; TEIXEIRA, Rodrigo. **O Apartheid na política internacional entre 1948 e 1994**. Belo Horizonte, v.12, n. 3, p. 178 - 184, 20 sem. 2015.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Frantz Fanon, uma voz dos oprimidos.**

<<https://diplomatie.org.br/frantz-fanon-uma-voz-dos-oprimidos/>> Acesso em 01 de jun. 2019.

LEÃO, Renato. **A sociedade civil na atualidade das Relações Internacionais.** Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v.14, n.14, 2014.

LEGAÇÃO. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis. 2019. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/lega%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em 1 jun. 2019.

LYNN DOTY, Roxanne. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations.** Minneapolis: Minesota Press, 1996. p. 26-50;127-162.

MANDELA, W. [Carta] 2 jul, 1970, África do Sul [para] MANDELA, N. 5f. Conversa sobre o cárcere.

MEDIUM. Professor Modesto Neto: **Os negros e a história, um balanço marxista.**

<https://medium.com/@modesto_netol23/os-negros-e-a-hist%C3%B3ria-um-balan%C3%A7o-marxista-7dbca20f184> Acesso 10 de jun. 2019.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Movimentos Negros.**

<<http://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros/>>. Acesso em: 27 de fev. 2019.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo social, v. 19, n. 1, 2007

NOVA CULTURA POPULAR (São Paulo) (Org.). **Todo Poder ao Povo: Todo poder ao povo! Artigos, discursos e documentos do Partido dos Panteras Negras..** 2. ed. São Paulo: Raízes da América, 2017. Tradução de Carlos Magnum.

OS Panteras Negras: Vanguarda da Revolução. Direção de Stanley Nelson. Produção de Laurens Grant e Stanley Nelson, Jr. Nova York: Pbs, 2014. (115 min.), son., color. Legendado.

PACHECO, Ana Julia. **APARTHEID NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (1968-1985).** 2018. 140 f. Tese (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018

PARANÁ. Isabel da Silva. Secretaria de Estado da Educação. **O MOVIMENTO NEGRO NO PERÍODO DE DITADURA MILITAR E A MÚSICA NO BRASIL.** Ivaiporã: Governo do Estado, 2013

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Afro-latins in movement: Critical Approaches to Blackness and Transnationalism in the Americas.** Rio de Janeiro: P.r. Rivera, 2016..

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no “Atlântico negro”.** In: PEREIRA, Amilcar Araujo. External Influence, Circulation of Reference, and the Establishment of the Contemporary Negro Movement in Brazil: Coming and Going in the Negro Atlantic. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense, 2008. p. 215-236

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX.** In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. Movimento negro contemporâneo, memória e

educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX. Natal: Anpuh, 2013. p. 1 – 11

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2009, vol.52, n.2, pp.43-62. ISSN 0034-7329. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200003>

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. _____ . “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Biblioteca Virtual do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, p.117-141, 2005.

RESISTÊNCIA. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis. 2019. Disponível em < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/resist%C3%A2ncia/>> Acesso em 12 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **MOVIMENTO NEGRO NO CENÁRIO BRASILEIRO: EMBATES E CONTRIBUIÇÕES À POLÍTICA EDUCACIONAL NAS DÉCADAS DE 1980-1990**. 2005. 102 f. Tese (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SANTOS, Aurora Almada. **The Role of the Decolonization Committee of the United Nations Organization in the Struggle against Portuguese Colonialism in Africa: 1961-1974**. Journal of Pan African Studies. Jan2012, Vol. 4 Issue 10, p248 – 258.

STANFORD WEB. **Black Panther Party**.

<https://web.stanford.edu/~ccarson/articles/am_left.htm> Acesso em 10 de jan. 2019.

THE danger of a single story. Chimamanda Adichie [s.i]: Ted X, 2009. Color. Legendad

THE NEW YORK TIMES. **A Black Panther's Mellow Exile: Farming in Africa**.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1997/11/23/world/a-black-panther-s-mellow-exile-farming-in-africa.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

THE WASHINGTON POST. **Eldridge Cleaver, author and Black Panther Leader, Dies**.

<<https://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/campaigns/junkie/links/cleaver.htm?noredirect=on>> Acesso em 11 de jan. 2019.

TOSTES, Ana Paula. **UM CASAMENTO FELIZ: DIREITO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL GLOBAL NA FORMAÇÃO DOS REGIMES INTERNACIONAIS**. Rev. Sociologia Política, v.27, p. 65-76, nov. 2006

VAN WYCK, Jo-Ansie. **Africa in International relations: agent, bystander or victim?** In: BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice. London: Routledge, 2016. p. 108-118.